



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

VANESSA RODRIGUES DUNK GOMES

O SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA EXECUTIVA PSICOSSOCIAL DO MPDFT

Uma análise da atuação profissional nas situações de violência doméstica contra mulheres,
crianças e adolescentes

**BRASÍLIA
2012**

VANESSA RODRIGUES DUNK GOMES

O SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA EXECUTIVA PSICOSSOCIAL DO MPDFT

Uma análise da atuação profissional nas situações de violência doméstica contra mulheres,
crianças e adolescentes

Monografia submetida ao Departamento
de Serviço Social da Universidade de
Brasília (UnB) como parte dos requisitos
para a obtenção do grau de Bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Ms. Livia Barbosa

Brasília, Setembro de 2012

Monografia submetida ao corpo docente da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos para a obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social.

Banca examinadora:

Prof.^a Me. Livia Barbosa Pereira

Orientadora

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB)

Me. Izis Moraes Lopes dos Reis

(Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)

Prof.^a Dra. Neuza Farias de Araújo

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB)

Brasília, Setembro de 2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Livia por ter aceitado me orientar quando eu já havia iniciado o projeto, e também por me instigar a ir mais além.

Agradeço à Izis Moraes por ter iniciado este projeto comigo e pelas supervisões de estágio que me levaram a reflexões mais profundas sobre detalhes da vida, sobre o tema violência e feminismo.

Agradeço à professora Neuza Farias por ter aceitado o convite em participar dessa banca.

Agradeço ao MPDFT e à SEPS por ter autorizado a realização desta pesquisa.

Agradeço a todas as assistentes sociais que gentilmente participaram dessa pesquisa.

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora, que sempre estiveram comigo, iluminando o meu caminho.

Agradeço à minha mãe Mena e ao meu pai Paulo, pois sempre acreditaram no meu potencial e me deram dentro do possível todas as condições para eu realizar os meus sonhos. O meu eterno agradecimento e amor. Essa é uma vitória de vocês também.

Agradeço à minha irmã Paula, pelo carinho e pela revisão deste meu trabalho e do projeto também. E ao meu irmão Rafael pela atenção em me ajudar com o empréstimo de alguns livros essenciais utilizados neste trabalho.

Agradeço aos meus familiares que de alguma forma me apoiaram e torceram por mim no ingresso dessa universidade, em especial à Cláudia, à tia Cleide (*in memoriam*), à vó Lia (*in memoriam*), ao vô Paulo (*in memoriam*), à Denise e à tia Julia. Aos demais da família Rodrigues e da família Dunk também.

Agradeço ao meu grande amor, Marcos Henrique — Marcuti. Você foi um grande amigo desde o ingresso à universidade. Obrigada por ajudar na transcrição das entrevistas, revisão do texto e formatação. Obrigada por caminhar ao meu lado. A você todo o meu respeito, carinho e admiração.

Agradeço as minhas amigas queridas Juliana Nunes, Natália Leite e Aline Falcomer que sempre estiveram ao meu lado. Obrigada pela companhia, pelas risadas, pelas saídas, pelo carinho e amor. E ainda, obrigada Ju, por ter me ajudado com a revisão e com sugestões!

Agradeço ao amigo Ricardo que por uma amizade renascida foi um dos companheiros mais fieis e ouvintes que eu já tive. É bom saber que você sempre estará por perto.

Agradeço as minhas amigas e companheiras de universidade, Juliana da Silva, Bárbara Bueno, Marina Correa. Fizeram toda diferença nesses anos de faculdade. Obrigada pelos momentos agradáveis que compartilhamos. Demais colegas Renata, Karina, Yamara, Ana Cláudia, Daiane, Sarah, Camila.

Agradeço às companheiras e amigas do PET/SER, Liris Cordeiro, Jackeline Soares, Maíra Gussi, Pâmela Rodrigues, Jéssica Marília, Mayara Massae, Luana Gaudad, Jacqueline Domiense, Larissa Carvalho, Elisa, Tainá, Libele. Com vocês, as terças-feiras eram sempre as melhores. Aprendi muito com cada uma de vocês.

Agradeço à professora Maria Lúcia Leal pela tutoria nos anos de PET/SER e pela contribuição nesses últimos semestres.

Agradeço às profissionais da SEPS que sempre estiveram abertas para conversar, ensinar. O período de estágio não poderia ter sido melhor. Quem sabe eu não volte para sermos colegas de trabalho? Obrigada pelas companheiras estagiárias: Recy, Gabriela, Eugênia, Juliana, Clarice e o companheiro Francisco.

Agradeço a todas as professoras e professores do Departamento de Serviço Social, foram pessoas essenciais em minha formação acadêmica. E aos funcionários e funcionárias que sempre nos auxiliavam.

Agradeço aos demais amigos e amigas que fazem parte da minha vida: Ludmilla, Bruna Caroli, Luciano Braz, Juliana Costa — em especial pelo empréstimo do gravador digital —, Gunter Amorim, Tiuiipa (Felipe), Amanda Medeiros pelas melhores risadas, Goretti Amaral — por ter contribuído nas transcrições de algumas entrevistas —, Letícia, à Banda Distintos Filhos e a Fernanda, Amanda.

Agradeço, em especial, à Aline Hidaka, que foi simplesmente sensacional, sem o seu apoio as pedras ainda estariam no caminho. Meu eterno agradecimento.

Agradeço aos colegas de trabalho da Caixa que me apoiaram nesse momento da minha vida, sobretudo facilitando as minhas idas ao campo de pesquisa

Aos que não pude me recordar aqui, sintam-se agradecidos e agradecidas.

*“É quando o som se cala
Pra te ouvir chorar
Cabe um brado no seu corpo?
Cabe um brado?
Mas se a noite é azul marinho
E a tarde um cinzentar
Sua lágrima lava o dia
O tempo a te acompanhar
Mas ninguém ouviu ruído
Atrás da Grande Muralha
O canto de um passarinho”*

(Ellen Oléria)

RESUMO

A violência doméstica contra as mulheres, crianças e adolescentes é um tema que tem tido cada vez mais visibilidade, envolvendo inúmeras famílias brasileiras. A Lei mais recente que legisla sobre as situações de violência doméstica é a Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e ainda estabelece medidas de assistência e proteção. A Lei Maria da Penha, por legislar sobre a defesa e proteção de mulheres, conta com o auxílio de várias instituições para sua efetivação, sendo o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios uma dessas instituições. O MPDFT possui em seu quadro administrativo a Secretaria Executiva Psicossocial, local de estudo desta pesquisa, que conta com assistentes sociais e psicólogos que trabalham com o assessoramento técnico de Procuradores e Promotores de Justiça nas questões que comprometem a concretização de direito dos sujeitos. Diante desse contexto, o objetivo desse estudo visou analisar comparativamente a atuação dos profissionais de Serviço Social da SEPS nos processos judiciais de violência doméstica contra mulheres e contra mulheres, crianças e adolescentes. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semi-estruturadas com as profissionais da secretaria e análise dos relatórios técnicos correspondentes ao 1º semestre de 2010. Os resultados apontam que as assistentes sociais da SEPS possuem dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica em suas intervenções, consolidando o projeto ético-político da profissão em suas ações.

Palavras chaves: Violência doméstica. Mulheres. Crianças. Adolescentes. Serviço Social.

ABSTRACT

Domestic violence against women, children and teenagers is a subject that has gained more visibility, involving numberless Brazilian families. The law that rules about domestic violence is the Law no 11.340/2006, known as Maria da Penha Law in which "creates legal mechanisms to restrain and prevent domestic and familiar violence against women (...) and establishes measures for assistance and protection". Because Maria da Penha Law rules about women protection, it counts with the assistance of many institutions for its efficacy. The Prosecutor of the Federal District and Territories (MPDFT) is one of these institutions. The MPDFT has in its administrative staff the Psychosocial Executive Secretariat, where this study was conducted. The Secretariat counts with social workers and psychologists who worked with the technical assistance of Attorneys and Public Prosecutors in matters that compromise the people rights. It is made a psychosocial analysis of lawsuits for helping the decisions of Attorneys and Public Prosecutors. This study aims to analyze comparatively the performance of social workers on the Secretariat in the lawsuits of domestic violence against women and women, children and teenagers. Data was collected through semi-structured interviews with the professionals of the Secretariat and it was analyzed the technical reports of first semester of 2010. The outcomes point out that social workers of the Secretariat has a professional project with a political-ethical view well incorporated in their actions. It is perceptible the ethical-political, operative-technical and theoretical-methodological dimensions in their interventions.

Keywords: Domestic Violence. Women. Children/Teenagers. Social Work.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CE	Código de Ética Profissional do Assistente Social
CEP/IH	Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
COSE	Centro de Orientação Socioeducativa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
MP	Ministério Público
MPU	Ministério Público da União
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
NAVAVDS	Núcleo de Atendimento a Vítimas e Agressores de Violência Doméstica
SEPS	Secretaria Executiva Psicossocial
SETIN	Setor de Proteção aos Interditados
SETMAC	Setor de Estudos Macrossociais
SETPS	Setor de Perícias Sociais
ONU	Organização das Nações Unidas
PTCC	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
RT	Relatório Técnico
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – AMOSTRA DE PESQUISA	34
TABELA 2 – TIPOS DE VIOLÊNCIA	34
TABELA 3 – AUTOR DA VIOLÊNCIA	36
TABELA 4 – TIPOS DE INSTRUMENTAIS	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: METODOLOGIA	14
1.1. Apresentação	14
1.2. Procedimentos Éticos	14
1.3. Instrumentos de coleta de dados	15
1.3.1. Fase 1 – Entrevistas	15
1.3.2. Análise dos processos judiciais arquivados	16
1.4 Análise dos dados	17
CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA EXPRESSÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO E DO ADULTOCENTRISMO	18
2.1 Entendendo o fenômeno da violência contra mulher	18
2.2 Entendendo a violência contra crianças e adolescentes	21
CAPÍTULO 3: O SERVIÇO SOCIAL E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	24
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE DADOS	30
4.1. Caracterizando os processos judiciais de violência doméstica da SEPS	31
4.1.1 Tipos de violência	33
4.1.2 Autor da violência	35
4.1.3 Tipos de instrumentais	36
4.1.4 Encaminhamentos	37
4.1.5 Estilos narrativos dos RT's	38
4.2 Atuação das assistentes sociais da SEPS	39
4.2.1 Proteção das vítimas	39
4.2.2 Visibilidade	42
4.2.3 Rede de Proteção	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICES	61
APÊNDICE A: Roteiro para entrevista semi-estruturada	61
APÊNDICE B: Roteiro para analisar os prontuários arquivados	62
APÊNDICE C: Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	64

INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra as mulheres, crianças e adolescentes é um tema que tem tido cada vez mais visibilidade, envolvendo inúmeras famílias brasileiras. Na década de 1970, o movimento feminista, que luta pela defesa e ampliação dos direitos das mulheres, apontou com firmeza, que a violência contra as mulheres não somente era de grandes proporções, mas que também era invisível (SUAREZ & BANDEIRA, 1999). Foi na década de 1980 e início de 1990 que a visibilidade para essa questão foi se intensificando. Nesse período, o debate começa a ter visibilidade no Brasil, sobretudo pelas convenções das quais o país passa a ser signatário, como a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, Erradicar a Violência Contra a Mulher*, de 9 de junho de 1994, conhecida como “Convenção do Belém do Pará”, e as Convenções da ONU que reconhecem os direitos das mulheres como direitos humanos (BRASIL, 1994).

A Lei mais recente que legisla sobre as situações de violência doméstica no Brasil é a Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha. O nome dessa lei advém da história de vida de uma mulher de mesmo nome que vivenciou situações de violência por parte de seu companheiro por quase 20 anos. O seu marido – Marcos Antonio Herredia – um professor universitário, tentou matá-la duas vezes. Como consequência Maria da Penha ficou paraplégica e lutou para que seu companheiro fosse condenado pelos atos que cometeu. A lei se concretizou por força da pressão de movimentos feministas e de mulheres por políticas sociais de combate a violência e proteção para essa categoria. A Lei Maria da Penha “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (...) e estabelece medidas de assistência e proteção” (BRASIL, 2006).

Estudos recentes demonstram que há grande incidência de episódios de violência dentro do ambiente doméstico (DAY *et al.*, 2003). De acordo com a Lei nº 11.340/06, entende-se por local doméstico o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas e o conceito de família compreende a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa (BRASIL, 1996). Assim, para efeitos da legislação no Brasil, não apenas a residência composta por pessoas com vínculo familiar é entendida como o espaço doméstico, mas todos os espaços em que haja o convívio permanente, e o vínculo familiar não é requerido.

A Lei Maria da Penha, por legislar sobre a defesa e proteção de mulheres, conta com o auxílio de várias instituições para sua efetivação. O Ministério Público da União (MPU) é uma dessas instituições e tem como papel defender os direitos dos cidadãos. Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, cabe a ele o cumprimento da lei, da democracia e dos interesses sociais e individuais. Entendendo esses interesses como direito à vida, à cidadania, à educação, à liberdade, à saúde entre outros essenciais que não se pode negar a nenhum sujeito.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), integrante do MPU, possui uma gama de recursos para a concretização da Lei Maria da Penha e possui vários setores que o auxiliam, sendo um deles a Secretaria Executiva Psicossocial (SEPS), local de estudo desta pesquisa.

À SEPS compete analisar a complexidade individual e social presentes em situações que demandam a atuação e a intervenção do MPDFT, por meio da realização de estudos psicossociais e emissão de pareceres técnicos¹.

Esta secretaria conta com uma equipe de 09 assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 bacharel em Direito, 02 técnicos administrativos e 10 estagiários. O termo Psicossocial que a secretaria possui está ligado à interdisciplinaridade na atuação das demandas. É importante destacar também que se refere a uma abordagem que considera o indivíduo como um sujeito histórico e social e a partir disso se analisa todo o contexto desse sujeito, como história de vida, suas relações interpessoais, sociais, políticas e culturais.

A SEPS subdivide-se em três unidades, a saber:

(I) *Setor de Perícias Psicossociais – SETPS*: realiza estudos na área do Serviço Social e da Psicologia referentes aos procedimentos de investigação preliminar instaurados no MPDFT e aos processos judiciais encaminhados pelos Procuradores e Promotores de Justiça. Os profissionais realizam os estudos, emitem relatórios técnicos para as Procuradorias ou Promotorias com o intuito de subsidiar a atuação do MPDFT na garantia e consolidação dos direitos dos cidadãos. Sendo essa a grande demanda dos profissionais da SEPS.

(II) *Setor de Estudos Macrossociais – SETMAC*: realiza pesquisas e estudos relativos às áreas sociais do Distrito Federal que dizem respeito aos interesses e demandas da SEPS a

¹ Trecho retirado do artigo “O Trabalho da Secretaria Executiva Psicossocial do MPDFT e a consolidação dos Direitos Humanos” feito pela equipe de profissionais da SEPS. Este artigo ainda não foi publicado, mas encontra-se no arquivo de textos da secretaria.

fim de subsidiar a ação profissional. Além disso, através desse setor é feita capacitações periódicas para a equipe de profissionais.

(III) *Setor de Proteção aos Interditados – SETIN*: o objetivo centra-se na defesa dos interesses das pessoas interditadas; por isso, são feitos acompanhamentos das curatelas através dos estudos psicossociais.

Como uma profissão que está inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, o Serviço Social no campo jurídico configura-se como um trabalho especializado, com atuação nas manifestações e expressões da questão social. Nesse sentido, o trabalho das assistentes sociais² na atividade pericial, que é o carro-chefe da SEPS, deve buscar entender a totalidade da vida social dos sujeitos, “considerar os indivíduos em sua vida cotidiana, espaço-tempo em que as expressões da questão social se efetivam, sobretudo, como violação dos direitos” (BEHRING, 2009, p. 276).

As assistentes sociais, ao fazerem um estudo social a pedido dos Procuradores ou Promotores de Justiça, utilizam instrumentos para conhecer determinada realidade, pois eles permitem a operacionalização da ação profissional. Dentre os instrumentos utilizados pela equipe podemos citar a entrevista e a visita domiciliar. Ao final do estudo, as profissionais elaboram um relatório técnico que contém a descrição da situação social analisada e parecer social com a opinião técnica da profissional que realizou tal demanda. Os estudos devem ocorrer de forma coerente com o projeto ético-político da profissão, garantindo a efetivação dos direitos humanos e sociais; e não de forma a moralizar as situações e os sujeitos, nem reduzi-los a meras medidas jurídicas.

Durante o meu período de estágio na SEPS (março a junho de 2011), realizei um estudo intitulado como “*Projeto de Intervenção: uma análise dos processos de violência doméstica atendidos na Secretaria Executiva Psicossocial do MPDFT*”. O estudo identificou que grande parte dos pedidos dos Promotores de Justiça à SEPS alcançava apenas crianças e adolescentes em situações de violência, quando na verdade, as mulheres também faziam parte desse círculo de violência. Esse fato suscitou questões importantes sobre a efetiva proteção às mulheres no que se refere à violência doméstica, já que muitas vezes as mulheres eram esquecidas nas solicitações dos promotores.

² Cabe informar que ao mencionar sobre a equipe da SEPS iremos tratar no feminino – as assistentes sociais – pois essa equipe é composta apenas por mulheres. Uma característica da profissão do Serviço Social é ser majoritariamente feminina.

É nesse contexto que se insere este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que se configura como um estudo analítico da atuação dos assistentes sociais da SEPS em torno dos processos judiciais que envolvem a temática da violência doméstica. Buscou-se identificar se a aparente negligência das mulheres que apareciam nos pedidos dos promotores se estendia também à atuação profissional das assistentes sociais. A ideia era contribuir para a desmistificação de uma possível cultura institucional que ignora ou obscurantiza a posição de vítima das mulheres nos casos de violência doméstica. O problema de pesquisa consistiu, assim, em compreender *quais são as diferenças no foco de atuação de assistentes sociais da SEPS no que se refere aos processos judiciais de violência doméstica contra mulheres em comparação aos processos que envolvem mulheres, crianças e adolescentes.*

Partiu-se da hipótese que há uma diferença de atuação das profissionais frente aos dois tipos de processos e essa diferença se encontra na tendência em dar mais visibilidade para situação de crianças e adolescentes, por se considerar que estão em uma relação de poder desigual frente ao adulto, mesmo quando há mulheres vitimizadas em ambos os tipos de processos.

Esta pesquisa visou conhecer e consolidar o papel que o Ministério Público deve desempenhar na defesa dos interesses sociais, individuais e garantia dos direitos humanos dos cidadãos. Além disso, faz-se necessária uma atuação ampliada do Serviço Social para entender toda a dinâmica do fenômeno, ainda mais considerando que os/as assistentes sociais tem o compromisso pautado em seu Código de Ética em combater toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e opressão. Um estudo desse caráter visa contribuir para melhor planejamento da prática profissional e aprimoramento das estratégias de intervenção da profissão.

A presente monografia foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo descreve sistematicamente a metodologia abordada, bem como os procedimentos éticos adotados, os instrumentos de coletas, análise e interpretação de dados. O segundo capítulo apresenta uma revisão teórica sobre o fenômeno da violência doméstica enquanto uma expressão da desigualdade de gênero e uma relação adultocêntrica. O terceiro capítulo aborda o Serviço Social e suas funções, atribuições, instrumentalidade, código de ética e o projeto ético político no combate a violência doméstica. E o quarto capítulo possui a análise dos dados coletados, e está dividida em dois eixos principais: 1) perfil das situações de violência doméstica; 2) análise da atuação profissional.

CAPÍTULO 1: METODOLOGIA

1.1. Apresentação

Este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, que teve o objetivo de analisar comparativamente o foco de atuação das profissionais de Serviço Social da SEPS nos processos judiciais de violência doméstica contra mulheres e contra mulheres, crianças e adolescentes. Pois como Martinelli (2008) afirma, a finalidade última da pesquisa qualitativa é conhecer as experiências do grupo pesquisado e os significados que se atribuem a tais experiências.

Para atender os objetivos da pesquisa, foram entrevistadas cinco profissionais da Secretaria Executiva Psicossocial e foram analisados 24 processos de violência doméstica, que corresponderam a 15% dos processos do primeiro semestre de 2010 atendidos pela Secretaria. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, uma vez que proporcionam uma melhor compreensão dos fenômenos sociais, abrangendo uma amplitude maior na descrição e na explicação do objeto em estudo. A análise dos processos possibilitou a identificação de categorias consideradas relevantes para a pesquisa, que foram inseridas posteriormente nas entrevistas.

As entrevistas foram realizadas com o auxílio de um gravador digital, sendo feito posteriormente, a transcrição integral das mesmas. A coleta de dados dos prontuários arquivados da SEPS foi realizada com o auxílio de uma ficha que possibilitou a uniformidade da coleta dos dados em todos os processos. Os dois instrumentos de pesquisa encontram-se na seção de apêndices.

1.2. Procedimentos Éticos

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP/IH/UnB), o que atende às exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e favorece o controle social da pesquisa. Segundo a Resolução, toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (BRASIL, 1996).

As assistentes sociais que participaram do estudo foram informadas da garantia do anonimato e sigilo das informações pessoais, bem como cautela na utilização dos discursos proferidos nas entrevistas, para que esses não fossem descaracterizados, nem retirados do contexto social de cada sujeito participante. As participantes foram informadas de que a pesquisa não oferecia riscos e que cada uma poderia desistir de participar a qualquer tempo, sem nenhum prejuízo. Após todos os esclarecimentos, as participantes concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Antes de sua finalização, este TCC foi apresentado na SEPS para as assistentes sociais, psicólogas, estagiários, garantindo um retorno dos benefícios obtidos através dessa pesquisa, conforme estabelece as diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Foi abordado o assunto de todos os capítulos, com ênfase na análise dos resultados. A equipe fez algumas sugestões tanto na análise dos dados quanto na revisão teórica. Avalia-se como positivo essa técnica utilizada, foi um momento de troca de saberes que contribuiu para o aprimoramento desta monografia.

1.3. Instrumentos de coleta de dados

O objetivo dessa pesquisa foi analisar comparativamente o foco de atuação dos profissionais de Serviço Social da SEPS nos processos judiciais de violência doméstica contra mulheres e contra mulheres, crianças e adolescentes. Para isso, dividiu-se a coleta de dados em duas fases: 1. Entrevistas com as assistentes sociais; 2. Análise dos prontuários arquivados que demandaram atenção da Secretaria no ano de 2010.

1.3.1. Fase 1 – Entrevistas

Durante dois meses, foram feitas as entrevistas com cinco, do total de sete assistentes sociais que trabalham na SEPS. Duas assistentes sociais não foram entrevistadas por estarem com a demanda elevada de processos e procedimentos a serem cumpridos, de forma que não conseguiram tempo para participar da pesquisa.

As entrevistas foram agendadas individualmente com data e hora marcada e ocorreram na sala de reuniões das dependências da Secretaria Executiva Psicossocial, local de trabalho

das profissionais, o que foi um elemento facilitador para a concretização dessa pesquisa e não ofereceu constrangimento algum para as participantes.

A duração das entrevistas teve em média 50 minutos e todas foram gravadas por um aparelho digital de gravação. Este recurso foi utilizado visando à preservação do conteúdo original, aprimorando a compreensão dos discursos e sendo um facilitador na análise dos dados. Todas as entrevistas foram transcritas e os nomes das pessoas envolvidas foram omitidos, bem como qualquer outra informação que permitisse a identificação dos participantes.

As entrevistas foram realizadas segundo um roteiro³, esta técnica foi utilizada visto que a entrevistada pode discorrer com mais fluência sobre o tema sem ficar preso à pergunta previamente elaborada. Segundo Minayo (2011), a entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa.

1.3.2. Análise dos processos judiciais arquivados

Foram analisados 24 processos judiciais, correspondentes aos processos que adentraram o MPDFT no primeiro semestre de 2010 (01 de janeiro a 30 de junho) com a temática de violência doméstica. A amostra corresponde a 15% do total de processos do primeiro semestre de 2010. Cabe ressaltar que foi feito um recorte de idade das mulheres e estes 24 processos correspondem a mulheres que possuem idade entre 18 e 59 anos. Cabe informar que a situação de violência doméstica de mulheres idosas não abarcou este estudo, visto que, estenderia demais a amostra de pesquisa e também por entender que analisar a situação de mulheres idosas daria outro estudo.

A coleta dos dados nos processos judiciais foi realizada nas dependências da SEPS e teve duração de duas semanas. Os processos foram separados em dois grupos: *a)* processos que envolvem situação de risco de mulheres, adolescentes e crianças e *b)* processos que envolvem situação de risco apenas de mulheres adultas. Essa divisão possibilitou observar se havia diferenças na abordagem dos dois casos por parte das assistentes sociais e permitiu o teste da hipótese de pesquisa.

³ cf. APÊNDICE A – Roteiro para entrevista semi-estruturada

Os dados coletados foram referentes à postura das assistentes sociais diante das situações analisadas e foi guiado conforme um roteiro previamente elaborado, no sentido de identificar certos elementos concernentes com o objetivo da pesquisa⁴. Assim, não foram coletadas informações pessoais (como nome, documentos ou endereços) dos sujeitos atendidos pela SEPS.

1.4 Análises dos dados

Terminado o processo de transcrição de todas as entrevistas e finalizado a coleta de dados dos prontuários, partiu-se para a etapa de análise e interpretação dos dados. Foi feita uma leitura compreensiva de todas as entrevistas com o objetivo de elencar os principais fatos que apareceram com mais frequência e que são concernentes com os objetivos da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos nessa fase se referiram a uma decomposição do material em algumas partes; a partir dessas, elencou-se categorias analíticas pertinentes aos objetivos e o teste da hipótese de pesquisa. Após selecionar as categorias analíticas, buscou-se conceitos teóricos que auxiliaram o processo de inferência e interpretação dos dados.

Podemos considerar que a interpretação consiste em relacionar as estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados presentes na mensagem. (...) Além de termos como base as inferências que conseguimos realizar com os resultados da nossa pesquisa, precisamos também de uma sólida fundamentação teórica acerca do que estamos investigando (MINAYO, 2011, p. 91).

Os dados coletados nos processos judiciais arquivados foram transformados em dados estatísticos e complementaram a análise das entrevistas. Por fim, foi elaborado o relatório final dessa pesquisa.

⁴ Cf. APÊNDICE B – Roteiro para analisar os prontuários arquivados.

CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA EXPRESSÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO E DO ADULTOCENTRISMO

2.1 Entendendo o fenômeno da violência contra mulher

Para compreender esse fenômeno da violência contra mulher, se faz necessário entender o que significa violência. Dentre as diversas concepções, destaca-se a violência como:

(...) uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de assimetria, numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (CHAUI, 1984, p. 35).

Portanto, a violência corresponde a uma relação desigual de poder caracterizada de um lado pela dominação e por outro, pela destituição da condição de sujeitos. É um processo de *coisificação* dos sujeitos vulneráveis na relação estabelecida, ou seja, as pessoas são alocadas como coisas, objetos.

As relações assimétricas de poder abrem margem para que ocorram práticas abusivas, como a violência. Uma das possibilidades de se compreender a violência contra as mulheres é pelo entendimento das relações sociais entre homens e mulheres que são relações desiguais de poder; pode-se considerar que essa desigualdade de poder é uma expressão do patriarcado.

Cabe informar que o patriarcado é uma categoria útil que procurou historicizar a dominação masculina, buscando uma origem para a opressão de mulheres. Ou seja, esse termo é utilizado na literatura clássica e refere-se a uma organização social em que o chefe de família – o pai – exercia o direito político sobre todos os membros familiares. Na lógica patriarcal, as mulheres são consideradas hierarquicamente inferiores, assumindo para si papéis e características tidas como naturais e em razão disso os homens institucionalizam sua dominação sobre elas. “No patriarcado moderno, a diferença entre os sexos é apresentada como uma diferença essencialmente natural. O direito patriarcal dos homens sobre as

mulheres é apresentado como um reflexo da própria ordem da natureza” (PATEMAN, 1993, p. 35).

A autora feminista Carole Pateman (1993), em sua obra “O contrato sexual”, analisa a teoria do contrato social e demonstra que o contrato sexual que estabelece o patriarcado e a dominação sobre as mulheres foi deixado de lado. O contrato social instaurou uma nova lógica, reconhecendo que todos os indivíduos são livres e iguais.

Contudo, com a evidente exclusão das mulheres das formas de contrato, exceto a do contrato sexual, estas não são sujeitos da relação, mas objetos do contrato estabelecido entre homens, mesmo dentro do contrato conjugal (uma vez que não há igualdade entre os contratantes, não é possível afirmar que a mulher seja um sujeito deste contrato, mas um objeto contratado). Ou seja, as relações contratuais entre homens livres e iguais baseiam-se na subordinação das mulheres (CARVALHO, 2011, p. 247).

Fica evidente que o reconhecimento de indivíduos livres e iguais não era aplicado às mulheres, essas eram caracterizadas como naturalmente inferiores. Além disso, “a história do contrato sexual também trata da gênese do direito político (...) direito político enquanto direito patriarcal ou instância do sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres” (PATEMAN, 1993, p.16). Ou seja, o contrato sexual segue a lógica de que o homem tem o direito político sobre a mulher e sobre seu corpo.

Percebe-se que a violência contra mulher resulta da expressão da *dominação* desta pelo homem, anulando a autonomia e dignidade destas mulheres, constituindo uma grave violação dos direitos humanos. Para entender melhor a questão das relações sociais de homens e mulheres, refletir sobre os papéis dos sujeitos envolvidos, o contexto social e cultural da violência, precisamos compreender essa organização social de gênero da sociedade.

Historicamente, nas sociedades ocidentais, os papéis de mulheres e homens são tidos como naturais e biologicamente determinados. Nesse cenário, as mulheres são vistas como seres que existem para a reprodução, ter filhos, constituir família. Em oposição, os homens são considerados fortes, viris, independentes e próprios para o labor. Para tanto, a categoria *gênero* caracteriza/expressa esse conjunto de crenças, valores e normas e/ou costumes por meio dos quais, as diferenças biológicas entre homens e mulheres são construídas no contexto de cada cultura simbolicamente significadas e representadas (BANDEIRA & FUINI, 2008).

Diante desse contexto, os estudos feministas desconstruíram a noção do que é mulher e do que é homem pela explicação biológica sobre o sexo. A palavra gênero apareceu nos

primeiros estudos como “uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou diferença sexual” (SCOTT, 1995, p.1).

Segundo Scott, o “gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 3) e “como modo primeiro de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p.10). Com isso, podemos afirmar que os atributos de masculinidade e de feminilidade são construções culturais coletivas, que convertem supostas diferenças biológicas e fenotípicas em desigualdades no plano da existência social. Ou seja, o termo gênero expressa a crítica social e política à determinação supostamente biológica das características homens e mulheres — a rigor, os seus caracteres genéticos que os definem o quanto tais — e sobre a expansão dessas características biológicas para o campo das aptidões e dos papéis sociais.

Ademais, o patriarcado naturaliza o poder do homem sobre as mulheres em duas esferas – pública e privada. Tal percepção é marcada pelo entendimento de que os homens são ligados às ocupações da esfera econômica e política, ele é naturalizado a representar a família nos espaços públicos e, por outro lado, as mulheres seriam ligadas à esfera privada, doméstica, da reprodução família (OKIN, 2008).

Sabe-se que a esfera privada (feminina) e a esfera pública (masculina) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra. (PATEMAN, 1993). Conforme Susan Okin (2008):

(...) o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro (OKIN, 2008, p. 310).

Dessa forma, é imprescindível entender a concepção de gênero como uma construção social e política, e que essa discussão é pertinente no sentido de desenvolver uma teoria política humana em contraposição à teoria política masculina vigente em várias sociedades.

Muitas teóricas feministas (cf. SAFFIOTI, 1995, ALMEIDA, 1995) afirmam que a violência contra mulher está inserida no debate de violência de gênero, mas essa não se caracteriza apenas como violência contra mulher, assume proporções muito mais amplas. Conforme Saffioti:

Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias

sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social **homens** exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência. Nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência física contra seu marido/companheiro/namorado. As mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença. Com relação a crianças e a adolescentes, também as mulheres podem desempenhar, por delegação, a função patriarcal. Efetivamente, isto ocorre com frequência (SAFFIOTI, 2001, p. 1).

Percebe-se que a violência de gênero é o resultado das relações de poder, dominação e de privilégio, sendo que ocorre, normalmente, no sentido homem contra mulher; mas pode ser perpetrada, também, por um homem contra outro homem ou por uma mulher contra outra mulher.

2.2 Entendendo a violência contra crianças e adolescentes

Não obstante, cabe incluir nessas considerações a violência praticada contra crianças e adolescentes. Estes sujeitos que no decorrer da história tiveram – ou ainda tem – sua condição desvalorizada são alvo em potencial da violência.

O sentido de infância passa a ser valorizado no século XVIII, conforme mostra estudo de Philippe Ariès (1986), a importância dada às crianças é notada pelos trajes próprios da infância. Anterior a esse período, não havia distinção alguma entre os adultos e crianças; eram cobradas posturas semelhantes às dos adultos; os trajes eram miniaturas dos trajes adultos, ou seja, a criança era considerada um adulto menor. É no final do século XIX que começam as “preocupações” em torno dessa categoria, com a sua socialização, seu aprendizado, sua educação.

O Brasil teve várias fases de percepção da criança. Aquelas que moravam nas ruas, as crianças pobres, eram vistas como ameaça à ordem e à paz social, pois a criminalidade estava associada a esses sujeitos. Este grupo de crianças era alocado como “objeto” que necessitava de intervenção estatal e, por isso, eram alvos de políticas de caridade. Iniciou-se um movimento que lutava pela defesa das crianças e adolescentes.

A Declaração de Genebra, de 1924, foi o primeiro documento internacional a reconhecer a ideia de direito da criança. Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a partir disso a luta pela defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes foi intensificada, até que se chegou a um projeto com uma nova configuração. No Brasil, essas discussões culminaram no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, que trata essa parcela da população como detentora de direitos, reconhece sua condição de desenvolvimento e estabelece que esses devem ser prioridade absoluta, sendo a efetivação de seus direitos, um dever da família, da sociedade e do Estado:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2010, p. 19).

Segundo dados do UNICEF (sem data, p.22) “o Suplemento Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-1988), no período de um ano, verificou que, em todo o país, mais de um milhão de pessoas se declararam vítimas de violência física. Desse total, 20% são crianças e adolescentes, sendo 61% meninos e 39% meninas, na faixa etária de 0 a 17 anos. Dezoito por cento dos casos estão relacionados a agressões de parentes, sendo que, sob tais circunstâncias, as meninas sofreram mais violência do que os meninos”.

Pode-se inferir que, apesar dos avanços nos marcos legais para este público, ainda é difícil romper com a cultura do uso de violência na educação de crianças e adolescentes. A violência doméstica contra eles pode ser considerada todo ato de omissão praticados por pais, parentes ou responsáveis, que possa causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (GUERRA, 2001).

Além de ter inúmeros fatores que desencadeiam a violência, uma situação comum é a hierarquia presente nas sociedades em que o adulto, em geral, é considerado mais poderoso, detentor do saber e a criança destituída de qualquer poder, receptáculo de aprendizagem (CALAF, 2007). Essa relação de poder entre o adulto e a criança é chamada por Safiotti (1989) de *relação adultocêntrica*.

O valor da ‘violência disciplinar’ está fundado em um código cultural no qual se legitimam, ao mesmo tempo, o sujeito masculino – como o sujeito do poder disciplinar –, o sujeito feminino – como o sujeito da gestão das relações afetivas, com a clara instauração de uma ampla margem para conflitos – e o uso da força física como ato disciplinar e restaurador da ordem que obedece ao princípio da hierarquia do masculino em relação ao feminino e do parental em relação ao filial (MACHADO & MAGALHÃES, 1999, p.216).

A partir dessa perspectiva, em que o adulto diz saber o que é melhor para a criança, os pais ou familiares usam a violência e justificam sua ação como de caráter disciplinador, sendo uma violência pedagógica, ou seja, o adulto utiliza a violência pensando obter as respostas de comportamento que ele considera como “certas” (RODRIGUES & CARVALHO, 1998).

Fazendo um paralelo entre a violência de gênero e a violência contra crianças e adolescentes, percebe-se que elas possuem um denominador comum – a existência de poder desigual nas relações. É observada nas famílias e na sociedade, em geral, uma hierarquia entre as categorias de sexo e faixas etárias. Pode-se destacar que o homem domina a mulher, que por sua vez, domina a criança, criando uma aureola em torno do homem (SAFFIOTI, 2007).

Segundo a autora Saffioti (2007), a mulher exerce o direito de dominar a criança, pois é imposto pela sociedade que a mulher tem a função na criação e socialização dos filhos. E a mulher desenvolve esse poder junto à criança, porque vive numa relação de poder com o seu companheiro. O pequeno poder exercido pela mãe sobre a criança já é suficiente para que se caracterize violência.

Porém há de se considerar que há uma hierarquia clara: “o homem adulto é o mais poderoso” (SAFFIOTI, 2007, p.51). E então fica clara a reafirmação da lógica do patriarcado, mencionada anteriormente neste capítulo, no qual o homem exerce seu poder, sobretudo na esfera privada, tanto com a mulher, quanto com os filhos — crianças e adolescentes.

CAPÍTULO 3: O SERVIÇO SOCIAL E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O Serviço Social é uma especialização na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO & CARVALHO, 2009) que surgiu como tal no modo de produção capitalista na idade dos monopólios⁵. O objeto de trabalho da profissão é a questão social, onde o profissional é chamado para intervir. Conforme Iamamoto (2012), a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura.

Assim, o Serviço Social é apenas uma profissão, com todos os seus limites de alcance e o exercício profissional do assistente social se configura como determinado tipo de trabalho. Trata-se, portanto, de um trabalho profissional situado – no sentido marxiano da palavra –, no campo do trabalho assalariado (portanto abstrato) e predominantemente improdutivo (por sua maciça inserção no campo estatal, no gerenciamento do social - não gerador de mais-valia embora contribua com ela). Seu perfil é claramente material, já que os aspectos que demandam cotidianamente o profissional de Serviço Social (e determinam seu espaço sócio-ocupacional), o seu tipo de atuação e o resultado dessa intervenção são nitidamente materiais. Ainda que exista, aqui, uma relação nitidamente material isso não elimina a esfera da reflexão sobre certo concreto (o “concreto pensado”) e possíveis projeções, ou resultados não imediatamente visíveis (SILVA, 2008, p. 6).

Entende-se por trabalho abstrato todo tipo de trabalho em que há uso de força de trabalho humana, seja física e/ou intelectual (no sentido fisiológico), e por trabalho concreto o uso também da força de trabalho humana, mas que implica a modificação direta da natureza. Então, depreende-se que o Serviço Social possui diferentes processos de trabalho e neles há elementos próprios em que o profissional possui uma matéria no qual é chamado para atuar e dispõem de instrumentos que servirão para auxiliar o seu exercício profissional. Existe uma finalidade na ação do Serviço Social – construir uma sociedade na qual se supere a questão social como matéria de trabalho (GRANEMANN, 1999, p.166).

A prática do Serviço Social possui alguns pilares que consolidam uma direção ético-política e são fundamentais na sua estruturação, por exemplo: o Código de Ética (CE), a Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social.

⁵ Conforme Sara Granemann em seu texto “Processos de trabalho e Serviço Social I”, a Idade dos monopólios é a fase atual do capitalismo que se teria iniciado em fins do século XIX, por volta de 1875. Caracteriza-se pela crescente centralização e concentração do capital e impõe mudanças profundas na organização da produção, do trabalho e do Estado.

O Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993) funda-se na concepção de “ontologia social” de aporte marxiano e textualmente afirma sua adesão a essa direção teórico-prática, quando assume um compromisso com a universalidade (SANTOS, 2011, p. 74). O Código de Ética é um instrumento importante que dá um suporte teórico-prático para os profissionais. É claro que apenas o seu conhecimento não garante a postura profissional ética, e torna-se urgente a reflexão sobre as formas de tornar esse código viável na prática profissional. Sobre o CE:

(...) na parte introdutória encontram-se a explicação do seu significado histórico, sua concepção ética, seus valores e finalidades. Em seguida apresenta-se a parte dedicada à introdução dos *Princípios fundamentais*: 11 prescrições constituídas por valores éticos e políticos e por suas formas de viabilização. (...) A emancipação é o valor de caráter humano-genérico mais central do CE, indicando sua finalidade ético-política mais genérica. Os demais princípios (valores) essenciais: a liberdade, a justiça social, a equidade e a democracia são simultaneamente valores e formas de viabilização da emancipação humana (BARROCO & TERRA, 2012, p.58).

O CE estabelece uma relação entre o exercício profissional com a viabilização dos direitos sociais, ampliação da cidadania, e ainda, tendo como princípio a defesa intransigente dos direitos humanos. Por oferecer respostas objetivas ao exercício profissional, estabelece mediação entre dois projetos — o profissional e um societário (que projeta uma nova sociedade) —, afirmando em seu princípio “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p.3). Ou seja, a efetivação dos princípios estabelecidos no CE remete a construção de uma nova ordem societária.

O Serviço Social tem um compromisso em combater todas as formas de violência e opressão, e tendo a violência doméstica contra mulheres, crianças e/ou adolescentes como uma expressão da questão social, a sua intervenção se faz necessária nesse campo. O profissional deve:

(...) denunciar, no exercício da profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus-tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do cidadão (CFESS, 1993, p.7).

É dever do assistente social, em sua ação profissional, denunciar às instituições responsáveis qualquer situação de violência a que o usuário esteja submetido. A luta pelo fim das desigualdades, da violência é uma luta cotidiana na prática profissional do Serviço Social.

Com a Lei 8.662/1993 – Lei de Regulamentação da Profissão – o Serviço Social se legitima como uma profissão qualificada para atuar pelo fim das desigualdades nas diversas instituições e setores, visto que no seu início o Serviço Social era considerado uma vocação, uma habilidade.

A Lei 8.622/1993 também serviu para clarificar as atribuições privativas e competências dos assistentes sociais. Dentre as atribuições privativas, destaca-se: coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social. Essa última atribuição privativa nos remete a outro debate que é a acerca da instrumentalidade do Serviço Social.

A questão da instrumentalidade foi praticamente esquecida dentro da história do Serviço Social no Brasil por se acreditar que representava o pragmatismo herdado pela influência norte-americana (BATTINI, 2001), sendo retomada em certos debates e produções acadêmicas em meados dos anos 2000. Após o Movimento de Reconceituação e a aproximação com a perspectiva crítica marxista, o Serviço Social recebeu uma nova roupagem. Vários autores da corrente hegemônica hoje consideram que um profissional competente é aquele que possui capacitação ético-política, teórico-metodológica e também técnico-operativa.

A dimensão técnico-operativa é constituída pelas teorias, metodologias, instrumentos e técnicas enquanto estratégias, táticas, ferramentas e habilidades para realizar a ação. A ação se desenvolve por aproximações sucessivas, pela construção/desconstrução/ reconstrução dos objetos, promovendo síntese/totalização/difusão do fazer, contribuindo para a reprodução social das relações sociais na direção da liberdade e da justiça social (BATTINI, 2001, p.4).

Por isso, essa dimensão técnico-operativa trata-se do instrumental dentro do Serviço Social, sendo um conjunto de técnicas e instrumentos que permitem que o profissional operacionalize sua ação, e mais, a instrumentalidade que refere-se a certa capacidade ou

propriedade constitutiva da profissão que é construída e reconstruída no processo sócio-histórico (GUERRA, 2000).

De acordo com Sousa (2008), existem dois tipos de instrumentais: os de trabalho **direto** que são: observação participante, entrevista individual e grupal, visitas domiciliares e institucionais, dinâmica de grupo, reunião, mobilização de comunidades; e os de trabalho **indireto** que utilizam a escrita, como por exemplo: atas de reunião, livros de registro, diário de campo, relatório social, parecer social. Esses dois tipos de instrumentais possuem grande importância na intervenção do Serviço Social, pois são a partir deles que se consegue desvendar a realidade e refletir sobre ela. Esses não devem ser pensados de forma separada ou excludente, eles são complementares na prática profissional. A escolha e o manuseio dos instrumentos e técnicas estão intimamente relacionados aos princípios, métodos, natureza, condições objetivas e dos objetivos da profissão, do profissional e da instituição (SANTOS, 2010).

A entrevista se apresenta no processo de trabalho do assistente social desde os primórdios, com o estudo de caso em 1950. Esse instrumental requer algumas etapas, que são: o planejamento, o profissional precisa planejar, organizar a direção pretendida com a entrevista, estabelecer objetivos e finalidades; na execução da entrevista o profissional deve estar atento a linguagem verbal e a não-verbal do sujeito, além de ter como um dos requisitos princípios do Código de Ética Profissional que se refere à não discriminação de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física. O registro da entrevista é essencial para a integralidade do atendimento.

No início da profissão, o Serviço Social utilizava-se das visitas domiciliares para verificar o comportamento das famílias, conduta que servia os ditames do capitalismo para manter uma ordem social e padrões harmônicos na sociedade. Esse papel investigativo e policialesco não corresponde mais com a conduta das assistentes sociais, que atualmente tem seus princípios pautados no projeto ético-político da profissão.

Há diversas opiniões acerca do instrumental da visita domiciliar. Para a autora Maria de Fátima Matos Cardoso (2008), a visita domiciliar está ligada ao conhecimento de uma realidade social que envolve os sujeitos e seu espaço de vida no que tange as perspectivas de superação e de acesso à inclusão social. Ou seja, esse instrumental deve se colocar a serviço do sujeito e de seus direitos.

A visita social domiciliar existe para facilitar nossa ação na perspectiva do sujeito de direito à Assistência Social. Evidente que estamos ali prestando

um serviço institucional, mas, para operacionalizar o acesso ao direito social das famílias envolvidas: seja por segurança alimentar, segurança nos relacionamentos sociais, proteção de crianças, adolescentes, idosos, segurança habitacional etc (CARDOSO, 2008, pg. 68).

Existe também uma modalidade da visita social que é a visita institucional. Esta se caracteriza por realizar a visita em alguma instituição que possibilitará acompanhar melhor a situação do sujeito ou até mesmo para propor uma intervenção em parceria.

Em relação aos instrumentais de trabalho indireto, cabe ressaltar que para intervir em determinada realidade social, o assistente social necessita conhecer com profundidade essa realidade e de forma crítica; para isso ele faz um *estudo social*, que é um procedimento metodológico específico da profissão. “Na construção do estudo social, não se pode perder de vista que mesmo quando se trabalha com apenas um usuário, ele é um indivíduo social, e a realidade social que condicionou a sua história, devem ser trazidos à tona por competência do assistente social” (FÁVERO, 2008, p. 36).

Depois que o profissional faz o estudo da situação, ele elabora um documento específico no qual contém apresentação descritiva e interpretativa da questão social no qual atuou e entrevistou, ou seja, uma sistematização do estudo social. A depender da finalidade do estudo, sua apresentação é detalhada em níveis diferentes. E esse documento consiste no *relatório técnico*.

Comumente, no final do relatório técnico o assistente social faz uma análise da situação cujo nome é *parecer social*. Esse parecer “trata-se de exposição e manifestação sucinta, enfocando-se objetivamente a questão ou situação social analisada, e os objetivos do trabalho solicitado e apresentado; a análise da situação, referenciada em fundamentos teóricos, éticos e técnicos, inerentes ao Serviço Social (...) de caráter conclusivo ou indicativo” (FÁVERO, 2008, p. 47).

A realização do estudo social está previsto na Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da profissão como sendo estudo “socioeconômico com os usuários para fins de benefícios e serviços junto a órgãos da administração pública direta e indireta” (FÁVERO et al, 2008) enquanto os laudos e pareceres são atribuições privativas do assistente social previstas também nesta lei.

O assistente social é:

(...) desafiado a superar-se constantemente, reconhecendo a realidade sócio-histórica em que vive e trabalha, tornando-se protagonista da construção do projeto ético-político da categoria, que deve assegurar a

ampliação da liberdade, ser atuante na consolidação da democracia, garantindo a todos os sujeitos maior equidade e justiça social, enfrentando as contradições e desigualdades socialmente produzidas (FRAGA, 2010, p. 14).

É de suma importância que o assistente social tenha clareza em sua ação, com uma postura crítica busque o desvendamento da realidade, sendo orientado pelo projeto ético-político do Serviço Social, com vista a atender as demandas dos sujeitos em prol da defesa constante dos direitos humanos. Há um desafio cotidiano para este profissional que é o compromisso na efetivação dos direitos sociais e ainda garantindo qualidade nos serviços prestados.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE DADOS

Para alcançar os objetivos dessa pesquisa e compreender melhor a atuação das assistentes sociais, foram analisados os processos judiciais arquivados na SEPS. Durante o ano de 2010, os processos que adentravam a Secretaria eram distribuídos aos profissionais de maneira aleatória, de forma que todas as profissionais atuavam em todas as temáticas. No decorrer das entrevistas realizadas, as assistentes sociais informaram uma mudança importante na organização da equipe a partir de agosto de 2011. Após várias reuniões, decidiram dividir a equipe em três áreas de atuação: uma equipe atende as demandas referentes à criança e adolescente (violação de direitos e guarda), outra atende as situações de interdição e violação de direitos da pessoa com deficiência e idosos e outra parte assessora as situações de violência doméstica contra mulher.

Uma das questões que motivou essa divisão foi a preocupação em elaborar relatórios técnicos de qualidade, uma vez que as profissionais, tendo contato com temáticas diversas, tinham dificuldades de especializar-se, o que se acreditava que poderia comprometer a qualidade dos estudos. Pode-se perceber pelas entrevistas que essa estratégia foi avaliada de forma positiva pela equipe, demonstrado na fala abaixo:

“quando definimos que os profissionais trabalhariam temáticas diferentes a gente deu um prazo de três meses para fazer a avaliação em reunião de equipe. Em três meses fizemos essa avaliação com todo mundo, foi unanime essa avaliação positiva de que todo mundo conseguiu trabalhar melhor, que a dedicação com um tema específico é mais proveitosa, porque não temos que estudar diversos temas ao mesmo tempo, você não tem que procurar diversos artigos, diversos autores ao mesmo tempo para produzir esse relatório” (Entrevista 1).

Cabe informar que as entrevistas foram realizadas com cinco assistentes sociais e não foram escolhidas apenas as profissionais que atualmente trabalham com a temática de violência doméstica contra mulher ou contra criança e adolescentes, até mesmo porque os relatórios de 2010, com essa temática específica, foram elaborados por todas as assistentes sociais. Entretanto, percebeu-se que algumas profissionais se sentiam um pouco receosas ao falar sobre a temática de violência doméstica contra mulher ou criança/adolescente por não estarem mais em contato.

A análise de dados foi dividida em duas partes: a primeira se refere à caracterização dos processos de violência doméstica atendidos na SEPS no 1º semestre de 2010, no qual foi traçado um perfil desses processos, baseado principalmente pelos relatórios arquivados na secretaria; a segunda parte é uma análise da atuação das assistentes sociais apreendida pelas entrevistas.

4.1. Caracterizando os processos judiciais de violência doméstica da SEPS

Primeiramente, será traçado um perfil das situações de violência doméstica e caracterizaremos a atuação do Serviço Social nessas situações a partir dos processos judiciais analisados e das entrevistas.

Os processos analisados encontram-se arquivados na Secretaria Executiva Psicossocial, sendo que alguns apresentam a cópia de todo o processo, desde o boletim de ocorrência até pareceres de outras instituições que acompanharam o caso, e outros, apresentam apenas o pedido da Promotoria para que se realize um estudo social. Além disso, encontram-se nos arquivos do computador, a capa de entrada do prontuário (documento próprio da Secretaria elaborado pelos profissionais para que os mesmos tenham controle), relatórios de procedimentos elaborados pelos estagiários e estagiárias e o Relatório Técnico. Esse último é elaborado pelas assistentes sociais e é dividido em quatro partes: a primeira é a *Identificação* com Nome, Data de nascimento, RG, Endereço/Cidade, Naturalidade, Nacionalidade, Escolaridade, Profissão, Procedência (de qual Promotoria veio), Processo, Referência (número do memorando); a segunda parte é a descrição dos *Procedimentos* realizados; a terceira parte refere-se à *Situação Social* e a quarta é o *Parecer Social*.

Ao iniciar a coleta de dados, foi feita uma divisão dos processos considerando-se dois tipos de prontuários a serem analisados: o de 1. *violência doméstica contra mulheres* e o 2. de *violência contra mulheres, crianças e adolescentes*. Essa separação foi feita a partir da leitura integral de todo o processo. A capa de entrada do prontuário é um documento que consta, dentre outras informações: a data de entrada, público alvo, assunto, dados relevantes; entretanto, a capa demonstrou ser uma ferramenta pouco confiável para servir como elemento fundamental na divisão dos processos, uma vez que, algumas capas não estavam com o preenchimento correto do campo “público alvo” e outras vezes, estavam em branco.

Outro fator que corroborou para não utilização deste documento é que no campo “dados relevantes” havia sempre escrito o pedido das Promotorias. Em certos processos notou-se que as Promotorias solicitavam o estudo a fim de que se verificasse a situação só da mulher ou só das crianças e adolescentes ou, ainda, da mulher e da criança de forma conjunta. Contudo, foi observado que em alguns processos, a Promotoria não incluía em seu pedido, de forma explícita, as vítimas reais da situação de violência doméstica. Por exemplo: houve um processo em que a Promotora solicitava um estudo social a fim de verificar se as crianças estavam em situação de risco, porém a leitura do processo indicou que a vítima de violência doméstica era a mulher e não as crianças.

No que tange à esfera do Ministério Público — responsável pela defesa dos direitos de todos os cidadãos — nenhuma situação de violência deve ser aceita, nem mesmo as vítimas serem ocultadas. E nesse sentido, cabe ao profissional do Serviço Social identificar de forma correta todas as vítimas e incluí-las em seu estudo.

Após essa primeira divisão, identificou-se que em quatro processos que constavam apenas situação de violência doméstica contra mulher, havia uma ampliação dessa violência para as crianças e/ou adolescentes. Entendendo essa ampliação como o fato de crianças e adolescentes presenciarem a situação de violência, seja física, seja psicológica, em que o homem praticou contra a mulher. A família possui papel fundamental no que tange à socialização primária e aos cuidados prestados às crianças e aos adolescentes, pois estes terão impacto direto na qualidade de vida desses sujeitos em desenvolvimento. Segundo Vivian Day (2003), as crianças que presenciam a violência conjugal enfrentam risco mais elevado de apresentarem ansiedade, depressão, baixo rendimento escolar, baixa autoestima, pesadelos, conduta agressiva e maior probabilidade de sofrerem abusos físicos, sexuais ou emocionais.

O Ministério da Saúde (1997) considera que a violência psicológica evidencia-se como a interferência negativa do adulto sobre a criança e sua competência social, conformando um padrão de comportamento destrutivo (Brasil, 1997). Sendo assim, podemos inferir que crianças e adolescentes que presenciam situações de violência entre os seus genitores, sofrem também uma violência psicológica. E por isso enquadraram-se esses quatro processos nas situações de violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes.

Diante desse novo dado, a amostra analisada que compreendeu o universo do primeiro semestre de 2010, teve oito processos de violência doméstica contra mulher e 16 processos envolvendo mulheres, crianças e adolescentes, conforme mostra a **Tabela 1**.

Tabela 1 – Amostra de Pesquisa

	Total	Relatórios Analisados	Relatórios não analisados
Violência doméstica contra mulher	8	5	3
Violência doméstica contra mulher, criança e/ou adolescente	16	11	5

Cabe observar que os relatórios que não foram analisados, como mostra a Tabela 1, é porque a equipe da SEPS não localizou as famílias, logo não foi feito o estudo social. Nestes processos havia a cópia de um memorando no qual a assistente social informava ao Promotor que solicitou o estudo que não foi possível a realização do mesmo, devido a não localização da família.

4.1.1 Tipos de violência

Em relação aos tipos de violência observados nos relatórios, identificou-se a predominância de quatro tipos de violência: física, psicológica, sexual e patrimonial; conforme **Tabela 2**.

Tabela 2 – Tipos de violência

	Violência doméstica contra mulher	Violência doméstica contra mulher, criança e/ou adolescente
Física	-	1
Psicológica	-	-
Sexual	2	-
Patrimonial	-	-
Física + Psicológica	2	7
Física + Sexual	-	1
Física + Patrimonial	1	-
Psicológica + Sexual	-	1
Física + Psicológica + Patrimonial	-	1

Segundo orientações do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), a **violência física** pode ser caracterizada quando uma pessoa por uso da força física ou utilizando de algum objeto possa provocar ou não lesões externas ou internas ou ambas. A **violência psicológica**, muitas

vezes, é difícil de ser identificada, e corresponde a toda ação ou omissão que cause ou que possa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento pessoal, inclui: os insultos, humilhações, ameaças, chantagens, entre outras coisas. A **violência sexual** é toda ação que em uma relação de poder e por meio da força física ou da coerção ou da intimidação obriga a outra ao ato sexual sem a sua vontade. Esse tipo de violência pode ocorrer em variadas situações como, por exemplo: estupro, abuso sexual infantil, carícias indesejáveis, assédio sexual entre outras. E a **violência patrimonial**, conforme a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

As falas das assistentes sociais corroboram com os resultados encontrados no que se refere aos tipos de violência predominante nas situações de violência doméstica.

“Geralmente vem como uma violência física (...) também aparece em forma de negligência (...) e através da violência verbal de xingamentos, maus tratos. Geralmente aparece sob essas três configurações” (Entrevista 3).

“Tem muita violência física, né, de chute, empurrão e de xingamento. (...) o xingamento é muito frequente, assim de diminuir a mulher (...) o ciúme é muito frequente também. Então, o álcool é frequente e até eu acho que ainda falta mais pesquisa nesse sentido de desmistificar isso porque muitas vezes é recorrente, mas até fico pensando, as próprias mulheres usam já o discurso que na sociedade é frequente, aquele velho discurso” (Entrevista 5).

Em alguns relatórios técnicos, notou-se que muitas mulheres justificavam a violência que sofriam por parte de seus companheiros como sendo culpa do álcool e das drogas que estes haviam ingeridos. Entretanto, torna-se claro nos discursos das assistentes sociais que o uso de substância não projeta uma relação direta com a violência, apresentando-se mais como um elemento potencializador.

“A gente tem que tomar cuidado de fazer esta associação da violência enquanto consequência do uso de álcool e drogas. Acho que até tem uma relação, mas ele já tinha uma característica, uma cultura que já expressava esse comportamento de violência. Eu entendo que, às vezes, era potencializado pelo uso de drogas e de álcool. Mas as relações já eram violentas” (Entrevista 3).

“Em certo estudo foi interessante porque a gente fez uma articulação, ele (autor da violência) fez um acompanhamento e a gente deixou claro no relatório que não era uso de drogas, era uma violência que ele reproduzia e precisava de acompanhamento também para refletir sobre isso” (Entrevista 2).

“É comum pelo menos elas (mulheres vítimas de violência) falarem que os maridos ou companheiros beberam ou usaram drogas antes da agressão. Nem sempre esse é o fator preponderante, às vezes, é uma fala solta.... Eu diria que não necessariamente esse não é o fator da violência. (...) Então a preponderância é a agressão sem álcool ou agressão sem drogas! E nisso elas não conseguem perceber que o uso do discurso do álcool e o uso do discurso das drogas, ele é muito mais de senso comum do que real na história de vida delas.” (Entrevista 1).

Apesar de ter várias associações entre a violência e o abuso de álcool, há poucos estudos sobre as peculiaridades dessa associação (FONSECA et al, 2009). É sabido que o uso de álcool provoca desinibição e devido a isso não há um consenso sobre a associação com a violência – se pode facilitar o uso de violência ou servir como justificativa pela ocorrência desses episódios. Porém, esses argumentos logo são contestados quando as assistentes sociais ao analisarem a trajetória de violência dessas famílias identificam que as mulheres afirmam que também sofrem violência quando o companheiro está sóbrio. Portanto, o alcoolismo não explica por si só a violência e não pode ser encarado de forma tão simplista.

É importante as profissionais auxiliarem as vítimas de violência a refletirem sobre essa situação da violência sem o uso de álcool também. Além disso, a depender da situação a assistente social terá que intervir tanto na situação de violência quanto no uso abusivo de álcool e outras drogas, sugerindo encaminhamentos específicos para esse tipo de tratamento.

4.1.2 Autor da violência

Outro dado analisado refere-se à identificação do autor da violência. Conforme a **Tabela 3**, destaca-se os autores da violência nos processos analisados da SEPS.

Tabela 3 – Autor da violência

	Marido/Ex-marido/ Companheiro/Ex- companheiro/Pai	Membro Familiar do sexo masculino	Membro Familiar do sexo feminino
Violência doméstica contra mulher	2	2	1
Violência doméstica contra mulher, criança e/ou adolescente	11	-	-

Destaca-se que nos processos analisados, o agressor como membro familiar do sexo masculino foi o tio em um dos processos e o irmão em outro. E a autora do membro familiar do sexo feminino foi a irmã da vítima.

Em relação ao agressor, os discursos das assistentes sociais também corroboram com os resultados encontrados na análise dos relatórios em que os agressores, em sua maioria são:

“Companheiros ou ex-companheiros. (...) A maioria não chega a ter o casamento civil mesmo, eles vivem há muito tempo juntos.” (Entrevista 5)

“Na situação quando vem criança e adolescente, geralmente, são os responsáveis, os pais, o pai ou a mãe. Vem um desses dois como possível agressor.” (Entrevista 3).

Observa-se pela análise dos relatórios e pela fala das assistentes sociais que na maioria dos processos o autor da violência é o (ex) marido/(ex) companheiro/pai. Conforme visto no capítulo 2, a violência que o homem pratica contra mulher é considerada uma violência de gênero, correspondendo à relação desigual de poder. Para entender esse fenômeno da violência e o porquê esse comportamento violento é atribuído – na maioria das vezes – aos homens é necessário compreender as relações existentes e o papel desempenhado por homens e mulheres dentro da família, das instituições e da sociedade em geral, questão problematizada também no capítulo 2.

Portanto, como se afirma as autoras Lourdes Bandeira e Tania Almeida (2006), para se alcançar outro patamar de relações entre homens e mulheres, é imprescindível, que se criem meios de reformulação das representações sociais vigentes e que se rompa com a ideia patriarcal antiga de que os homens resguardam para si a importância de relacionar-se igualmente, apenas com o grupo de homens.

4.1.3 Tipos de instrumentais

A questão da instrumentalidade foi abordada no Capítulo 3 e nessa parte destacamos os instrumentais utilizados em cada processo. Pela **Tabela 4**, percebe-se a junção de mais de um instrumental na realização dos estudos sociais.

Tabela 4 – Instrumentais

	Violência doméstica contra mulher	Violência doméstica contra mulheres, crianças e/ou adolescentes
Apenas Visita domiciliar	2	7
Visita domiciliar + Entrevista com mulher	-	
Visita domiciliar + Entrevista com mulher + Entrevista com agressor	-	3
Visita domiciliar + Entrevista com mulher + Entrevista com terceiros	1	-
Visita domiciliar + Outros (contato telefônico)	1	-
Entrevista com mulher + Entrevista com terceiros	1	-
Visita domiciliar + Visita institucional	-	1

Percebeu-se pela análise dos relatórios que nas visitas domiciliares realizadas, em sua maioria, as informações prestadas foram fornecidas prioritariamente pelas mulheres. Nas situações de violência doméstica contra mulher, apenas em um caso, a visita domiciliar foi feita com o homem (agressor) e em outro, foi feita com a adolescente, filha do casal, pois nestas ocasiões eles é que estavam presentes no domicílio. E nas situações de violência doméstica contra mulher e crianças/adolescentes, apenas uma visita domiciliar foi feita com o casal na residência. Pela análise percebe que as assistentes sociais não englobam com frequência os agressores em seus estudos, é certo que a atuação das profissionais possui um caráter pontual e até mesmo pela grande quantidade de processos a serem realizados, os estudos podem se alongar e a demanda se acumular, porém há de se destacar que fazer uma reflexão com o agressor pode ter um significado positivo para aquela família.

4.1.4 Encaminhamentos

Na maioria dos pareceres sociais, as assistentes sociais fazem sugestões de encaminhamentos para as vítimas da violência ou para a família como um todo para que os Promotores analisem e decidam se vão acatar os encaminhamentos ou não. Entre os principais lugares de encaminhamentos estão:

- Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)
- Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)

- Núcleo de Atendimento a Vítimas e Agressores de Violência Doméstica (NAVAVDS) que possui uma parceria com o Ministério Público.
- CAPS ou CAPS-AD quando há envolvimento de álcool e outras drogas
- ADOLESCENTRO
- Serviços de saúde básica (hospitais, postos de saúde)
- Centro de Orientação Socioeducativa (COSE)

Não será feita nenhuma análise a priori, pois a questão dos encaminhamentos será problematizada no item 4.2.3 deste capítulo.

4.1.5 Estilos narrativos dos RT's

Em relação à elaboração de relatórios técnicos por parte das assistentes sociais, a autora Luciana Álvares (2012) em sua tese destaca três estilos diferenciados de narrativas escritas em relatórios técnicos da SEPS que também se destaca nos RT's analisados nesse estudo.

(...) o **primeiro** caracterizado pela predominância da descrição dos fatos relatados pelos usuários e das intervenções realizadas pela profissional, priorizando-se a informação, com as ausências de análises sobre o contexto apresentado, do parecer social e do posicionamento profissional a respeito da situação que foi estudada. O **segundo** estilo de relatório apresentava um desenvolvimento (presente no corpo do texto), contendo um conteúdo descritivo dos fatos, porém contando com um parecer analítico embasado por teorias ou pela materialização do conhecimento advindo da experiência acumulada e do aporte teórico do profissional. Por último, a constatação de relatórios analítico-descritivos, observando-se que neste **último estilo**, a análise se encontrava presente por todo o conteúdo do relatório (ÁLVARES, p.119, 2012).

O primeiro estilo marcado pela descrição dos fatos, com ausência de análises mais aprofundadas foi pouco encontrado nos processos de violência doméstica contra mulheres. Nesse estilo são apresentados dados como: identificação, composição familiar, renda, contexto atual e se há episódios de violência. Isso não significa que não há um processo de reflexão nesse estilo de relatório, todo relatório implica necessariamente um processo de reflexão e sistematização das informações. As análises é que foram pouco problematizadas, apesar disso, os relatórios responderam a demanda institucional.

Cabe ressaltar que o segundo estilo foi o mais predominante nas situações de violência doméstica contra mulher e contra mulheres, crianças e/ou adolescentes em que apresentava a situação social de forma mais descritiva e os pareceres mais analíticos. Destaca-se a fala da autora Luciana, “recomenda a necessidade de serem realizadas análises mais aprofundadas sobre quais os determinantes incidem sobre o complexo estudado, a fim de se perceberem os elementos que influenciam e incidem nessas matérias (conflito familiar, omissão, negligência ou falta de assistência de determinados sujeitos para com os seus familiares, entre outros)” (ALVARES, 2012, p.121)

Há de se considerar que independente dos estilos narrativos, os relatórios analisados estavam pautados na proteção dos sujeitos envolvidos; contudo, é feita uma sugestão para que as assistentes sociais da SEPS elaborem mais relatórios analítico-descritivos, destacados como o terceiro estilo. Porque estes são relatórios que conseguem melhor desvendar determinada realidade e se fazem valer de referenciais teóricos consistentes. Ao fazer um relatório nesse estilo, a assistente social imprime sua direção ético-política, afirmando seu compromisso com o sujeito e viabilizando o seu acesso aos direitos.

4.2 Atuação das assistentes sociais da SEPS

Analisando a atuação das assistentes sociais baseada nas entrevistas, foi possível a identificação de, pelo menos, três princípios orientadores da atuação profissional - *proteção das vítimas, visibilidade e rede de proteção* – que são intercalados entre si nas situações de violência doméstica contra mulheres e contra mulheres, crianças e adolescentes, mas que nessa monografia serão separados para facilitar a compressão. Estes princípios estão fundamentados no compromisso com as vítimas decorrente do projeto ético-político do Serviço Social. Cada um dos princípios gera uma demanda ou compromisso metodológico específico, apresentando, por uma ou duas dimensões.

4.2.1 Proteção das vítimas

Como vimos anteriormente, as assistentes sociais atuam nos processos judiciais mediante solicitação de Promotores de Justiça e Procuradores. Elas são chamadas a analisar sobre uma matéria de seu conhecimento, ou seja, exige-se uma compreensão das condições

objetivas e subjetivas no qual envolvem os sujeitos e suas famílias. Posteriormente a essas reflexões emitem um parecer técnico.

O foco da atuação profissional do assistente social, segundo Faleiros (2011), ou seja, o seu objeto constrói-se no processo de articulação do poder dos sujeitos, no enfrentamento das questões relacionais complexas que devem ser captadas e entendidas em cada espaço profissional ocupado e em cada especificidade institucional. Diante disso, as assistentes sociais da SEPS possuem uma demanda inicial para o estudo que é a demanda institucional que por sua vez carrega em si o objetivo institucional.

A partir disso, o objetivo institucional é materializado no pedido do Promotor ou Procurador ao solicitar o estudo social à SEPS. Eis que se tem a primeira dimensão no quesito proteção da vítima: o objetivo institucional versus o objetivo profissional. Diante dessa dimensão, desejou-se levantar uma questão nesta pesquisa: como as assistentes sociais compreendem o objetivo institucional de cada caso comparativamente à sua compreensão dos objetivos e atribuições da profissão.

Essa questão foi motivada pelo estudo⁶ realizado durante o meu período de estágio que identificou em certos pedidos dos Promotores uma focalização nas crianças e adolescentes em situações de violência doméstica, ainda que as mulheres também fossem vítimas da violência.

Pelas entrevistas, identificou-se em algumas falas que as assistentes sociais já atuaram em situações semelhantes a essa descrita e percebeu-se que as profissionais detêm de capacidade metodológica e reflexiva de identificar a existência de outras vítimas dentro de uma situação de violência.

“Às vezes, a gente durante o estudo consegue perceber a amplitude dessa situação de violência doméstica. Então mesmo que o estudo tenha chegado como violência contra mulher, às vezes nós somos capazes de identificar que outros sujeitos são vítimas de violência nessa família. Isso pode acontecer nos processos contra mulheres, contra crianças e adolescentes e o que vem os dois como objetos” (Entrevista 1).

“Quando tem uma violência contra mulher, o homem praticou e essa mulher tem filhos. E vem como violência contra mulher, mas existe a criança lá também e essa criança e esse adolescente também sofrem o impacto dessa violência. Ou também é vitimizado. O processo ele vinha direcionado a mulher e às vezes a resposta era direcionada a esta violência contra a mulher e não dava tanta visibilidade aos impactos da criança, então esse sempre foi um dos meus questionamentos. ‘A gente tem que dar visibilidade que essa criança e esse adolescente está nesse contexto familiar e também sofre impactos dessa violência’” (Entrevista 3).

⁶ Esse estudo foi mencionado na página 12 na parte da Introdução.

“Muitas vezes, o promotor encaminha e a gente vê que ele encaminha interessado em uma coisa, mas o que eu percebo é que essa é a nossa chance de mostrar o nosso conhecimento [...] o nosso papel aqui é dar visibilidade” (Entrevista 5).

Percebe-se que as assistentes sociais possuem lucidez ao saber diferenciar a explicitação do objetivo institucional dos objetivos que constituem o próprio trabalho profissional concretizados nos documentos que regulamentam a ação profissional. Esse movimento amplia a sua capacidade crítica e analítica para compreender como a violência e a opressão atingem a família e todos os membros familiares ali apresentados, isso significa certa autonomia na condução do processo metodológico e também compromisso na proteção dos sujeitos envolvidos.

Ainda, foi questionado às profissionais da SEPS como é o processo de escolha destes instrumentais nas situações de violência doméstica e nesse momento entra-se na segunda dimensão que é a questão metodológica e instrumental da proteção das vítimas. Podemos destacar as seguintes respostas:

“Quando chega o processo eu leio, faço uma análise dessa história inicial que me é contada. Eu faço uma análise e a partir dessa análise é que eu vou pensar em qual instrumental eu vou utilizar. (...) Eu penso muito em como é a condição dessa pessoa chegar ao Ministério Público. Eu pondero isso, por exemplo, se é uma mãe que tem neném, com três filhos (...) porque eu percebo que há uma dificuldade. (...) a partir dessa análise desses dados iniciais eu penso se vou fazer a entrevista, se vou chamá-las aqui ou se faço a visita domiciliar. Eu estou optando muito de fazer uma visita para me apresentar, colocar a situação e não fazer a entrevista. Se eu perceber que a família tem uma condição de estar vindo e a condição que eu falo é uma condição de disponibilidade de tempo, que não vai prejudicar o trabalho, uma disponibilidade financeira. (...) Então, eu faço uma visita rápida, converso só superficialmente, me apresento, coloco a necessidade de ter uma conversa mais aprofundada e posteriormente pergunto se a pessoa teria essa disponibilidade (da entrevista). Porque assim, essa entrevista no contexto da casa, a gente tem que pesar muito. Por que? Quem vai estar? Qual a liberdade da pessoa de estar colocando determinados assuntos? Como a gente trabalha a questão da violência, a questão do abuso a gente tem que ter um ambiente em que a pessoa vai se sentir livre, acolhida para estar falando nisso e às vezes, o ambiente da casa tá a mãe com as crianças ou o pai com as crianças e é difícil abordar o assunto” (Entrevista 3).

“Sempre começa pela leitura do processo. (...) Da leitura do processo é que eu decido quem vou entrevistar primeiro, que tipo de procedimento, qual é o instrumento que eu vou utilizar. Geralmente visita, entrevista e contato telefônico quando a gente não consegue falar com a pessoa pessoalmente. Eu particularmente, como profissional, eu acho a visita domiciliar um instrumento muito eficaz (...) ao longo desses anos eu percebo que a pessoa também fica mais à vontade de conversar com a gente lá do que aqui. (...) Tem a dificuldade de, às vezes, a gente achar o agressor na casa também

junto com a pessoa... Em relação à criança e ao adolescente, é meio difícil, assim, porque sempre tem essa questão do horário escolar, então to tendo alguma dificuldade de fazer as visitas por conta do público específico... quando a gente vai e não consegue, aí eu tenho agendado entrevistas com a criança” (Entrevista 4).

“O primeiro passo é ler o procedimento interno ou memorando que, geralmente, vem anexado com algum olhar das especiais criminais que vem, geralmente, o processo judicial. Tem o termo circunstanciado que vem das delegacias que ainda não foi oferecido denúncia, mas que a Promotoria tá averiguando pra vê se tem fundamento, se ela vai oferecer ou não a denúncia. Então o primeiro passo é dar uma olhada nisso, depois a gente vai definir se vai ser necessário fazer visita domiciliar. Nos casos de violência doméstica eu sempre ficava muito preocupada com a visita porque a gente não sabia até que ponto fazer uma visita domiciliar iria piorar ou não a situação dessa mulher. (...) Então, as visitas domiciliares em casos de violência doméstica precisam ser pensadas com muita cautela. E aí a gente define, vai ser entrevista, quem a gente vai entrevistar, se vai ser necessário entrevistar mais de uma pessoa” (Entrevista 2).

Pode-se perceber que há uma pluralidade de entendimentos acerca da visita domiciliar pelas assistentes sociais nas situações de violência doméstica, ao mesmo tempo em que a visita é um instrumento eficaz para conhecer a dinâmica familiar, ela pode agravar a situação para as vítimas, caso o agressor esteja no domicílio e ainda cercear a liberdade da mulher em expor toda a situação. A primeira questão é o fato das profissionais entenderem que a visita domiciliar pode trazer certo agravo na situação de violência para a mulher, caso o agressor esteja na residência.

Além disso, a presença do agressor pode fazer com que a mulher não se sinta a vontade para falar de tal situação. Esse tipo de reflexão está em sintonia com o projeto ético-político da profissão, por ter um compromisso com o sujeito, para que ele seja ouvido num ambiente em que não lhe cause constrangimento e que ainda tenha liberdade para falar dos assuntos pertinentes.

Fica evidente que a escolha de qualquer instrumental perpassa a reflexão de proteção das vítimas e compromisso com os sujeitos, demarcações essenciais do projeto ético-político.

4.2.2 Visibilidade

Identificou-se uma forma interessante de atuação das assistentes sociais da SEPS, uma dimensão centrada nas histórias e trajetórias. Em situações de violência doméstica contra

mulher, a profissional procura refletir com a vítima sobre sua história de vida, sobre a trajetória de violência vivenciada e o significado dessa violência para aquela mulher.

“O que eu percebo é a história de vida dessas mulheres ou história de vida desses homens e por ventura desses casais. [...] Qual é a trajetória de vida de violência sofrida por essa mulher? [...] Essa percepção do passado, a percepção dessa trajetória vai fazer com que a gente consiga um gancho ou um vínculo com essas mulheres e fazer com que essas mulheres façam algum tipo de reflexão ou algum tipo de entendimento de que aquilo que elas sofrem é violência e não é parte natural da humanidade. [...] O mais comum é que nessa história, no momento de traçar essa história, sua própria história, essas mulheres percebam como sujeitos que em determinado momento ou não sofriam violência ou sofriam outras violências e que isso mudou. E normalmente mudou para pior” (Entrevista 1).

*“A gente tem uma situação que você não atua na época mais ou menos que ocorrem os fatos. Então como você pode intervir numa situação dessas? Você vai realmente colher informações, entender o que ocorreu, como está a situação atualmente, como estão as relações familiares. Tenta primeiro ter uma compreensão sobre como que está a situação familiar, como eles conseguiram se reorganizar, porque eles tiveram que se reorganizar até a justiça. E aí eu percebo nesta trajetória da família se organizar, se teve fatores de risco ou se ainda existem alguns fatores de risco que podem ocasionar novamente esta violência. Se tem uma rede de apoio ou não. Como que as pessoas estão diante deste fato que aconteceu, se elas conversaram, se elas entenderam, se elas se resolveram. Então, eu tento trabalhar nesta perspectiva, entender como está esta situação de violência que ocorreu no passado em relação a hoje. O que eles fizeram porque eles tiveram que se movimentar para proteger, senão a gente tenta intervir no sentido de imprimir alguma sugestão pra proteção dessa criança, desse adolescente ou dessa família. [...] **O foco primordial é saber: esta criança ou esta mulher está em situação de risco agora?**” (Entrevista 3).*

As entrevistadas utilizam essa técnica da história de vida e das trajetórias da violência para compreenderem a totalidade desse fenômeno ao considerar que se está diante de uma realidade dinâmica e percebe-se que essa reflexão auxilia as mulheres a entenderem seu papel naquela situação e sua condição de sujeito de direito. Esse tipo de reflexão pode ajudar a mulher a romper com esse ciclo de violência e entender que esta mulher tem o direito a uma vida sem violência. Isso significa que a prática profissional contribui para o fortalecimento de uma consciência crítica.

Além disso, a atuação profissional ao tentar entender como a família se organizou depois das situações de violência, busca compreender se os membros dessa família ainda se encontram em situação de risco. As falas deixam claro um compromisso com os sujeitos, independente se são crianças ou se são as mulheres.

Observa-se que as assistentes sociais refletem sobre as suas próprias técnicas, buscando sempre a melhor forma de compreender essa dinâmica complexa dos fenômenos.

“Quando a gente entende as violências na relação e que as relações são permeadas pelas violências, a gente entende que a violência, ela não é continuada. Necessariamente, a relação é de afeto, é de amor, de sexualidade, de apoio, segurança também. Então hoje a pessoa (a vítima de violência) pode avaliar que não tem mais agressão. E no resto da vida dela, como é que era? E só pensando nesse resto da vida e também ampliando esse ‘hoje ele não me bate mais’ para outras questões é que a gente vai avaliar, vai ter noção mais exata se essa mulher corre risco de sofrer novas violências e se essa relação deixou de ter a violência como fator central. (...) então tem um objetivo as histórias de vida, ela tem um objetivo de chegar na totalidade, buscar a totalidade do entendimento dessas relações sociais.” (Entrevista 1).

Segundo Iamamoto (2009), pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto do trabalho profissional, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças.

Percebe-se que essa perspectiva de conhecer a realidade perpassa pelo viés marxista para entender a totalidade do fenômeno. Essa totalidade deve ser entendida pelas inúmeras contradições⁷, marcada pela historicidade nas suas múltiplas determinações. O sujeito deve ser compreendido em suas relações sociais, de acordo com o seu tempo histórico e com o seu contexto cultura, como já dizia Marx (1983), embora o homem seja um indivíduo único — e é justamente esta particularidade que o torna um indivíduo, um ser comunal realmente individual —, ele é igualmente o todo, o todo ideal, a existência subjetiva da sociedade como é pensada e vivenciada.

Conforme a autora Idília Fernandes coloca:

“os fenômenos se apresentam como se fossem objetivos, absolutamente reais e concretos. A aparência não é igual à essência. O método dialético se propõe a um desmonte, à destruição da aparente “objetividade do fenômeno”. Pretende conhecer a verdade do fenômeno por detrás de sua aparência.” (FERNANDES, 2005, p.8)

Pela perspectiva dialética para se conhecer o fenômeno em sua essência é necessário considerar o singular, o particular e a totalidade dentro da sua história, nessa realidade que

⁷ “O tratamento dado, na perspectiva dialética, ao conceito de contradição é dirigido ao processo de conscientização que poderá levar aos desvendamentos necessários da realidade social.” (FERNANDES, 2005, p. 11).

está sempre em movimento. Entretanto, não se pode considerar que a totalidade é a mera junção das partes, é preciso desvendar todas as conexões em que está posta nessa realidade.

Compreende-se que a dimensão teórico-metodológica marcada pela perspectiva dialética, percebida na atuação profissional das assistentes sociais da SEPS, proporciona a explicação e interpretação da situação real, além de compreender o sujeito como um ser total que possui uma história em sua realidade social, isso contribui para que as profissionais pensem em estratégias de intervenção no que tange ao enfrentamento e transformação dessa realidade.

Em relação à situação de violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes, percebe-se a mesma abordagem metodológica – centrada nas histórias e trajetórias – porém, com um enfoque ampliado.

“Eu tento pensar, se o processo veio para cá como uma avaliação da situação de violência doméstica contra mulher, esse vai ser o primeiro foco! Até porque nem sempre a gente sabe se as crianças estão envolvidas. Então a primeira ideia é pensar exatamente: quais são as violências? Ou se essa mulher sofre violência ou o que tá acontecendo pra ter chegado até um processo judicial? Como essa mulher percebe a violência? Como essa mulher percebe a relação que ela tem? E principalmente, se existe violência contra crianças, como essa violência é percebida? Se é percebida como pedagogia, se ela é percebida como agressão, se ela é percebida como um episódio único, como muitas vezes as pessoas pensam que ‘ah não, bati uma vez só’ e não, se percebem nessa situação uso da violência como educativa. Então, são dois enfoques diferentes: historias de vidas e historias de violência do casal e das violências sofridas por essas mulheres e quais são as formas de violência que essas crianças sofrem e qual o significado dessa violência. Somente sabendo o significado da violência, se ela é pedagógico ou se ela não é, se ela é pedagógica ou se ela é arbitrária, só sabendo quais são os significados da violência em todas as relações é que a gente pode traçar um parâmetro de atuação. Então se essa mulher tem um histórico de violência, e ela repassa essa violência para as crianças... ela reproduz essa violência porque não consegue lidar com o marido, não consegue lidar com o estresse ou não consegue lidar com a família, não tem apoio de ninguém para cuidar dessas crianças e é a única responsável, a gente tem um foco de atuação! Se é ela que é a agressora, porque pode ser ela, ela sofre a violência e ela mesmo é a pessoa perpetradora da violência. Então, a gente tem um foco de atuação, que seria, primeiro fazer com que essa situação de violência que ela sofre, se tenha pelo menos algum tipo de reflexão e um tipo de intervenção e em segundo lugar, que ela, faça uma reflexão e tenha uma intervenção, para que o cuidado não se seja comparado, igualado a violência... considerado violência pedagógica.[...] Enfim é um outro foco! A violência com ela também tem que ser trabalhada, essas relações tem que ser, tem que ser pensadas, a intervenção com esse casal, pra ficar junto ou não, o que não depende da gente, tem que ser feita, tem que ser enfocadas e essa violência com as crianças ela vai ser pensada de uma outra forma: ‘será que eu preciso bater o tempo inteiro pra castigar? Será que existem outras formas de educar? Será que existe algum serviço que pode fazer com

que essa família aprenda a educar de outra forma? Ou aprenda a pensar que é possível outra forma de educação! Então o enfoque, ele depende, basicamente disso, quem é o agressor de crianças? E como é que a pessoa pensa a violência que ela própria sofre e que essas crianças sofrem! E aí, são duas reflexões diferentes.” (Entrevista 1).

Observam-se nessa situação dois tipos de enfoques para situações quem envolvam mulheres e crianças que seria: (1) Refletir sobre a história de vida e refletir sobre a trajetória de violência. (2) Refletir quais as formas de violência e sobre o seu significado para cada sujeito, se é uma violência com caráter pedagógico, disciplinar e as relações de poder presente nas relações sociais.

É nesse momento que as profissionais precisam ter certo conhecimento sobre o arcabouço teórico para poder compreender o que estar por trás dessas situações, suas determinações históricas, políticas, sociais e econômicas. A dualidade da questão de violência de gênero e da relação adultocêntrica. Está se falando das relações de poder, dos homens sobre as mulheres e dos homens sobre as crianças.

A violência pode ser encarada como sendo o exercício do poder masculino no qual por meio de atos de violência o homem tenta garantir que as mulheres assumam seu papel de subordinadas a eles, com isso reafirmando suas identidades masculinas e femininas que são construções sociais. Ou seja, trata-se de uma violência de gênero que deriva de uma organização social de gênero em que há um privilegiamento do masculino. Essa hierarquia de gênero é que estabelece as relações assimétricas de poder e consequentemente justifica estas práticas abusivas de violência. É preciso fazer uma reflexão aprofundada com as mulheres vítimas sobre essa questão, pois, muitas vezes, a mulher não reconhece que a situação que vivencia é uma violência.

Ainda há de se considerar o debate em torno da relação adultocêntrica – relação de poder existente entre o adulto e a criança. Os adultos, em grande parte das vezes, justificam o uso da violência contra crianças e adolescentes como sendo um ato disciplinador, pedagógico. As mulheres também podem utilizar da violência para com a criança como sendo uma válvula de escape para uma opressão ainda maior que vivencia, utilizando-se da síndrome do pequeno poder. Ou seja, as mulheres se veem numa relação de poder para com a criança e acaba por utilizar de práticas de dominação e exploração.

É preciso que as assistentes sociais se aproximem desses debates e ainda mais, é preciso que se reflita sobre a sua própria prática profissional, que se autoquestione: Como eu

enxergo a violência contra as mulheres? Como eu enxergo a violência contra crianças? Qual o debate que tenho feito nessas situações? Essas questões são importantes no que se refere à forma como as profissionais lidam com os sujeitos, realizando atendimentos sem julgamentos morais. Outra importante consideração é que essas reflexões contribuem para aprimorar a prática profissional, garantindo uma qualidade nos atendimentos realizados aos sujeitos, princípio estabelecido no Código de Ética da profissão.

Nota-se que não há diferenças metodológicas marcantes na atuação das assistentes sociais da SEPS frente aos processos de violência doméstica contra mulheres e mulheres, crianças e adolescentes. As profissionais costumam não trabalhar com uma violência direcionada a um só ser, elas buscam ampliar sua visão dentro do contexto familiar. E para isso, colhem informações do fato ocorrido, de como está a situação atualmente, como a família se organizou até o processo chegar à SEPS, para então refletir e dar sugestões de intervenção. Algumas falas deixam claro que num ambiente familiar todos estão passíveis de sofrerem o impacto da violência e por isso nenhum membro ficará de fora de seu raio de atuação.

“Nesses processos de violência, eu não trabalho com uma violência direcionada a um só ser, eu percebo como se estabelece esse fenômeno naquele ambiente, a sua inter-relação com todo o contexto ampliado, que a gente pode falar como os determinantes gerais. Eu tento ter esse foco e compreender a violência dessa forma. E não só a violência contra mulher, violência contra o idoso, violência contra mulher. Não é só uma questão dual: agressor e vítima. O agressor bateu, mas bateu por quê? O que aconteceu? Quais são os determinantes? O que tá incidindo sobre essa violência? Então, eu tento ampliar esse olhar pra compreender a violência enquanto um fenômeno, não enquanto um fato linear” (Entrevista 3).

Essa questão é central no debate de visibilidade, perceber como a violência se dá no ambiente familiar auxilia a identificação de demais vítimas, além de ser uma dimensão ético-política do Serviço Social – contribuindo para a garantia e defesa dos direitos humanos. Há de se considerar que não é tarefa fácil a questão de se trabalhar com sujeitos diversos em situações de violência doméstica, primeiro porque os significados das violências são distintos, fazer essa reflexão com os dois sujeitos exige esforço e muita competência teórico-metodológica.

Ainda, destaca-se o papel de orientação que as assistentes sociais fazem com as mulheres acerca dos seus direitos, informando quais as medidas judiciais que elas podem acionar, quais as medidas protetivas que as mulheres tem direito e as possíveis consequências de cada ação, entre outras. Percebe-se atitude ética das profissionais condizentes com o

Código de Ética no que compete “garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões do usuário, mesmo que sejam contrários aos valores e às crenças individuais dos profissionais” (CFESS, 1993).

Dar visibilidade aos sujeitos implica um compromisso metodológico de favorecer o espaço de fala dentro da SEPS, sobretudo as crianças e os adolescentes.

“Normalmente, eu só entrevisto crianças quando primeiro, elas nunca foram ouvidas, não tem nenhum relato de que elas foram ouvidas no processo e segundo, se a criança quiser conversar. Ou se é uma situação que a gente não entendeu muito bem o que é que aconteceu ali no processo ou naquela entrevista que ta relatada. Fora isso, se a criança tiver sido entrevistada, tem dados suficientes, foi bem analisado, não tem nenhuma dúvida, o habitual é não entrevistar a criança de novo. Mas se ela nunca foi ouvida e tudo indica que a fala dela é interessante, então a gente entrevista sim, Mas sempre é uma entrevista bem mais tranquila, pensando na proteção dela mesmo.” (Entrevista 1)

“Eu penso que a criança tem que ser ouvida porque a fala da criança ela é muito ditada pelo adulto. Quando você vai perguntar para uma criança de 6 /5 anos, ela já tem uma capacidade de expressar nos olhos dela, o que é o cotidiano dela. O que ela gosta de fazer, o que ela se interessa, de quem ela gosta, de quem ela não gosta, onde ela gosta de ir, onde ela não gosta. Então, o que eu percebo é que às vezes essa fala é menosprezada, ela é ouvida através do pai ou da mãe, ou da escola, mas não dá espaço para a própria criança falar. Eu acho que isso é um problema quando a gente trabalha com a questão da violência. Eu penso que a gente tem que saber se instrumentalizado para entrevistar as crianças, entender a fala, o que ela está dizendo porque ela tem um desenvolvimento cognitivo certo, próprio da faixa etária dela. Então, tem umas perguntas que ela vai entender, então, a gente tem que saber o que perguntar, como perguntar, de que forma perguntar. A gente tem que estudar mais isso, mas não devemos descartar essa fala da criança. Geralmente, eu chamo sim as crianças. E isso quer dizer que eu vou revitimizar esta criança? Não vou revitimizar porque eu tenho instrumentalidade pra saber como abordar, pra eu ver se vai ter necessidade de entrar em determinados assuntos ou não com a criança, mas dela me falar as questões do cotidiano dela.[...] Eu preservo quando é muito nova, mas a partir do momento que já consegue se expressar, já consegue falar, eu converso sim.” (Entrevista 3)

“Eu tenho pensado bem mais, com mais experiência, buscando mais conhecimento, de ouvir as próprias crianças. [...] Usei poucas vezes, mas eu tenho pensado em usar mais –, tentar ouvir a criança no ambiente escolar, um ambiente mais neutro. Eu já fiz isso, já conversei com a criança e dependendo das condições dela, de entendimento... e também explicar pra ela que ela tem uma rede da qual pode usar: escola, algum parente, algum pai de amigo. [...] Colocar para aquela criança que, se aquilo acontecer novamente, ela pode, ela tem meios de levar ao conhecimento de algum órgão que ela tá em situação de violência. Às vezes, a criança não tem

condições de se defender sozinha, mas tem condição de verbalizar aquilo pra alguém pra que seja tomada uma providência.” (Entrevista 4)

A atuação das assistentes sociais traduz uma dimensão de visibilidade dos sujeitos no que tange dar voz àqueles que são alvos da violência, sejam mulheres, crianças ou adolescentes. Percebe-se que as entrevistas com crianças são feitas, geralmente quando em nenhum momento do processo judicial elas foram ouvidas e também são feitas com vista a combater o adultocêntrismo, onde, normalmente, as falas das crianças são ditadas pelos adultos.

Ainda, nota-se proteção à dignidade das crianças através da instrumentalidade, em situações em que é preciso ou que se quer ouvir as crianças novamente. As assistentes sociais possuem uma instrumentalidade para abordar os assuntos, sem fazer com que a criança seja revitimizada. Além disso, profissionais refletiram que o ambiente escolar é um ambiente neutro, propício para ouvir as crianças. Algumas profissionais relataram que tiveram sucesso ao fazer o procedimento neste ambiente.

4.2.3 Rede de Proteção

Entende-se que a atuação da SEPS trata-se de uma intervenção pontual, não tem condição, nem pretensão de ser uma ação continuada, a ação visa suscitar reflexões junto aos sujeitos envolvidos em situações de violência e, além disso, saber se os sujeitos estão em situação de risco. Quando necessário, as profissionais fazem sugestões de encaminhamentos dessas famílias, acionando a rede de proteção.

O debate sobre a rede de proteção envolve identificar as redes pelas quais as famílias já passaram e quais delas são possíveis efetivar um trabalho conjunto com as famílias.

As profissionais destacaram como limite o debate dos encaminhamentos e ainda revelaram dificuldades em se trabalhar com esta rede por não existir serviços disponíveis em grande quantidade ou por não existir uma variedade de serviços que atendam as várias demandas de uma mesma família.

“Essa pra mim é uma das questões bem complicadas. Porque a gente não tem serviços disponíveis. A demanda é muito maior que a oferta de serviços [...] É uma questão que os assistentes sociais colocam enquanto limite, um limite profissional. Qual que é o limite profissional? Você não ter o serviço que você necessita pra encaminhar aquela família e eu percebo que é um

limite realmente, mas não um limite do profissional, é um limite estrutural da sociedade capitalista, isso que a gente vivencia de toda essa conjuntura econômica, do ideário neoliberal, da configuração do capital financeiro, isso tudo dita o quê? A retração do estado no campo das políticas e que interferem diretamente no nosso trabalho. Mas não enquanto limite meu, de profissional.” (Entrevistada 3)

Percebe-se uma precariedade das políticas públicas aqui no Distrito Federal para atender as demandas de situações de violência doméstica. Entretanto essa não é uma questão específica do DF, segundo dado das autoras Tatau Godinho e Maria Luíza da Costa (2006), uma análise feita das políticas de Estado em relação às mulheres na América Latina aponta que as políticas possuem um caráter fragmentado, sendo caracterizados por projetos e programa, enquanto se deveriam ter políticas de médio e longo prazo que fortalecessem a “perspectiva de alteração das condições estruturais da desigualdade de gênero” (GODINHO & COSTA, 2006, p. 47) e da autonomia das mulheres.

Depara-se com um avanço enorme nas legislações, no que tange a criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar para as famílias, criação de casas-abrigos, de serviços de saúde entre outros, conforme previsto na Lei Maria da Penha em seu artigo 35 (BRASIL, 2006) e também previsto no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em relação as políticas de atendimento a esses sujeitos específicos e programas de proteção, porém, ainda não há um expressivo número de serviços que atenda a todos os cidadãos em situações de violência.

Uma dimensão metodológica interessante que foi notada é a preocupação que as assistentes sociais têm com essa questão da rede de proteção e o fato de tentarem não sobrecarregar a mulher com os possíveis encaminhamentos e uma atenção com a fala dessas mulheres, visto que muitas delas sinalizam que querem ter determinado acompanhamento. E em relação a isso, as profissionais tentam viabilizar o acesso aos serviços ou sugerem para os Promotores viabilizarem esse acesso.

“Além da dificuldade, da complexidade de pensar, quais os serviços existentes na rede de atendimento do GDF, que já são escassos, que poderiam atingir todos ao mesmo tempo ou pelo menos, diminuir o trabalho que normalmente essa mulher vai ter no acompanhamento dos filhos. (...) A gente encaminhar uma mulher para um atendimento ou a gente pensar numa reflexão para ela é uma coisa, ela é uma pessoa que vai ser basicamente a responsável por se auto levar a esses serviços. Você pensar nisso para essa mulher e ainda pensar num segundo serviço para essas crianças, você ainda aumenta a carga de trabalho e cuidado que essa mulher vai ter. Além dessa mulher sofrer violência, ainda se sentir responsável por todo o cuidado, ela ainda vai ter que parar uma atividade da vida dela para levar as crianças.

Então tem que pensar em toda a rede de apoio que essas pessoas tem, que esse casal, que essa mulher tem que podem fazer com que isso seja mais tranquilo” (Entrevistada 1).

Isso remete a uma questão pertinente em que muitas vezes as políticas voltadas para o enfrentamento da violência e da proteção da infância, ainda persiste numa visão de que as mulheres são as principais responsáveis por dar conta dessa demanda. Percebe-se que as assistentes sociais estão em alerta para que os tipos de encaminhamentos não sobrecarreguem essas mulheres, entretanto pelo fato de existir poucos serviços disponíveis essa questão quase não é evitada.

Pensar na rede de proteção requer pensar nas políticas públicas de enfrentamento da questão da violência seja contra mulheres, seja contra crianças. Segundo Tatau Godinho e Maria Luiza da Costa (2006), para se ter políticas efetivas é necessário abarcar três dimensões: construção de uma rede de serviços – é preciso ampliar os serviços para atender a todas as demandas; políticas de prevenção – é preciso ter ações que visem discutir as questões de gênero e que provoquem mudanças de ordem cultural; alterações no âmbito legal – mudanças no sistema judiciário para que diminua o desgaste e constrangimento das vítimas, aceleração dos procedimentos judiciais, bem como o combate a impunidade dos agressores.

Uma das questões levantadas na palestra de apresentação dessa monografia para a SEPS foi o fato de existir a rede de proteção, mas a rede de apoio social das comunidades ainda ser pouco explorada. Em nível institucional, a SEPS está distante da realidade das comunidades nas cidades satélites, mas com o projeto de expansão⁸ para as cidades satélites espera-se conseguir fortalecer as redes sociais de cada cidade e fazer com que essas redes dialoguem com a comunidade. O projeto de expansão na cidade de Santa Maria já consegue ter resultados positivos com a rede de proteção, segundo as assistentes sociais.

⁸ A equipe da SEPS avaliou a necessidade de descentralizar sua atuação e propôs essa descentralização à instituição. em março de 2011, iniciou-se um projeto piloto na Promotoria de Justiça de Santa Maria, que envolve a descentralização da SEPS e a realização dos acolhimentos às vítimas de violência doméstica por analistas das áreas da Psicologia e do Serviço Social. O projeto tem como objetivo melhor atender às Promotorias de Justiça nas suas ações que necessitam de apoio especializado de profissionais nas áreas especificadas, com a implementação de uma unidade regional de apoio às atividades jurídicas. (CHIES, 2011)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, propôs-se problematizar o foco de atuação das assistentes sociais lotadas na Secretaria Executiva Psicossocial do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios no que compete os processos de violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes. Como no cotidiano da ação profissional têm-se lidado com mulheres vítimas de violência doméstica? E com as crianças e adolescentes também vítimas? A quem se destina nossa ação? Que outras formas de violência enxergamos dentro do ambiente familiar? Consegue-se auxílio da rede de atuação? Quais as dificuldades? Qual o debate tem-se feito?

O trabalho do Serviço Social na SEPS possui um cunho investigativo “logo é narrado pela dimensão da produção do conhecimento sobre o cotidiano e seus sujeitos, de modo a explicar a realidade e avançar na efetivação de direitos” (FÁVERO, p. 136, 2012).

Durante as entrevistas, descobriu-se que desde agosto de 2011, as profissionais desta secretaria trabalham com determinadas temáticas. Tem-se que uma assistente social trabalha com violência doméstica contra mulheres e outras duas com violência doméstica contra crianças e adolescentes. Algumas assistentes sociais que se propuseram a participar da pesquisa deixaram claro que não tinham muito conhecimento sobre a temática de violência doméstica contra mulheres e crianças, mas o que se objetivou efetivamente na produção desse trabalho foi conhecer a forma de atuação das assistentes sociais e reflexão sobre o seu próprio trabalho. Cabe ressaltar, que os relatórios técnicos analisados do ano de 2010 foram feitos por quase todas as profissionais da SEPS.

Ao analisarmos os RTs, chegamos a um perfil dos processos de violência doméstica atendidos nesta secretaria. Na grande maioria, a violência doméstica contra as mulheres se expressa nas relações conjugais e afetivas dentro do ambiente doméstico com predominância da violência física e psicológica perpetrada por seus maridos/companheiros ou ex-maridos/ex-companheiros. Em relação à violência doméstica contra as mulheres, crianças e/ou adolescentes, em grande parte, também há predominância da violência física e psicológica, sendo o autor o marido/companheiro e pai das crianças. E na maioria das vezes, entrevistas e visitas domiciliares foram utilizadas por estas profissionais em sua intervenção.

Cada profissional possui uma particularidade em sua atuação, a reflexão através da história de vida dos sujeitos envolvidos, trajetória de violência vivenciada, seguida do

significado da violência para cada categoria, pareceu-me um caminho interessante a se chegar à totalidade da realidade estudada, defendida pela maioria das profissionais.

Além disso, percebeu-se nesse estudo que todas as assistentes sociais entrevistadas atuam com uma dimensão pedagógica, no sentido de trabalharem com uma perspectiva de reflexão voltada à transformação da consciência dos sujeitos, objetivando sua emancipação. Dentro dessa ótica de buscar a emancipação da população que atendemos, tem-se uma atuação articulada ao projeto hegemônico da profissão que tem a liberdade, a justiça social e a defesa dos direitos humanos como norte.

Em relação ao foco de atuação das assistentes sociais, notou-se que as profissionais buscam dar visibilidade a todos os sujeitos envolvidos num contexto familiar de violência, incluindo esses sujeitos em seus estudos, mesmo quando o pedido do Promotor é expresso só para uma das vítimas. Por isso o cerne da discussão é pensar criticamente no nosso cotidiano profissional quem são os sujeitos para quais nós assistentes sociais trabalhamos e quais as formas de opressão que estes vivenciam e a partir disso dar visibilidade para todos os sujeitos e para as formas de opressão vividas.

As assistentes sociais da SEPS entendem que a violência pode ser uma experiência universal, mas também particular e que é vivida de maneira singular (FERREIRA, 2012) por cada sujeito nesse ambiente familiar. Verônica Ferreira, assistente social, em sua palestra no “II Seminário Nacional: O Serviço Social no campo sociojurídico” afirma:

(...) as diversas formas de violência tolhem, destroem, nos sujeitos, as possibilidades subjetivas e concretas de se pensarem como pessoas que são donas de suas vidas, que são capazes de transformar suas vidas. Por isso, a violência é uma das mais perversas expressões de desigualdade [...] Nós, como categoria profissional, temos o desafio de ser parte, tanto no cotidiano de ação profissional, como nas nossas luta políticas, no coro de vozes que se coloca contra essas formas de opressão. Se a violência emudece as mulheres, nós temos que cada vez mais fazer da nossa voz um instrumento de denúncia no horizonte da transformação das desigualdades e de todas as formas de opressão (FERREIRA, 2012, p.77).

Em relação a dar visibilidade aos sujeitos vítimas de violência doméstica atendidos pela SEPS, remetemos a uma questão essencial – a atuação das assistentes sociais efetiva a consolidação e acesso a direitos dessas vítimas. Como afirma Sâmia Rodrigues (2012), “a luta por direitos como estratégia política deve, portanto, ser defendida por todos os sujeitos coletivos e nos colocamos entre esses sujeitos que desejam e atuam no sentido da acumulação de forças para construir caminhos alternativos de luta para alcançar a transformação social”.

No contexto da atuação das assistentes sociais da SEPS, a possibilidade do sujeito ser ouvido, de ser atendido, ser orientado a respeito dos seus direitos, de criar um espaço de diálogo, de compreensão e reflexão crítica no que diz respeito às situações que este sujeito vivencia, mesmo sendo de forma pontual, é uma maneira de viabilizar o acesso à justiça e direitos.

Nesta pesquisa, as falas das profissionais marcam uma direção, um compromisso com a garantia da qualidade de serviços prestados aos sujeitos, prova disso é a reestruturação das temáticas por profissionais que estão mais familiarizados nos debates e polêmicas de cada tema, garantindo um estudo de maior qualidade. Além disso, na palestra de retorno dos resultados dessa pesquisa, as assistentes sociais informaram um dado novo – pensando na qualidade dos serviços prestados aos sujeitos, elas decidiram que cada profissional retornaria a trabalhar com todas as temáticas, visto que, o projeto de expansão da SEPS para as demais cidades satélites está próximo a se concretizar. Diante disso, se faz necessário que as profissionais tenham familiaridade com todas as temáticas novamente para que cheguem às cidades satélites mais capacitadas.

Segundo Sâmia Rodrigues (2012), o compromisso na efetivação dos direitos sociais se insere no reconhecimento de que o espaço institucional é marcado por contradições, impondo certos limites à ação profissional. Tendo o espaço institucional da SEPS, considera-se como limite a ação profissional o não retorno do seu trabalho por parte dos Promotores; se as sugestões/encaminhamentos que as assistentes sociais fazem são acatadas, com que finalidade o estudo é utilizado. Um dado que as profissionais têm é que cada vez mais seus estudos são solicitados e o compromisso com o sujeito sempre prevalece, sobretudo por não ter um retorno direto de cada processo. É claro que esta questão tem que ser pensada com cautela, para saber se há condições efetiva de se ter um retorno.

Sabendo-se que o Serviço Social é uma das profissões que lidam com a realidade social, não se tem a pretensão de que apenas essa categoria enfrente sozinha às expressões da questão social. Alguns autores e autoras (cf. FRAGA, 2010), afirmam que é preciso articular nossa prática e reflexão com outras categorias profissionais. No contexto da SEPS, as assistentes sociais podem trabalhar de forma interdisciplinar com as psicólogas que atuam na mesma secretaria. Por questão de tempo, não foi possível nesse estudo abarcar a interdisciplinaridade nas situações de violência doméstica, mas acredito que um estudo desse caráter tem muito a contribuir para pensar a ação além da ótica exclusiva da profissão dentro desse espaço sócio-ocupacional que é o Ministério Público do Distrito Federal.

Diante do exposto, a hipótese dessa pesquisa, de que há uma tendência das assistentes sociais da SEPS a dar maior visibilidade à situação de crianças e adolescentes num contexto de violência doméstica envolvendo mulheres e crianças, não foi confirmada. E pelo que foi analisado, percebe-se que a prática das profissionais de Serviço Social da SEPS, de uma forma geral, apresentou uma dimensão ético-política no sentido da garantia e defesa dos direitos, da liberdade, da justiça social; uma dimensão metodológica que permite o conhecimento da realidade posta, fazendo as devidas mediações para se alcançar a totalidade e traçar estratégias de intervenção em cada situação; e apresenta uma dimensão técnico-operativa no que compete a utilização dos instrumentais necessários para se alcançar essa totalidade do fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, Luciana de Castro. *O estudo social: um processo capaz de viabilizar Direitos?* Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. – Franca : [s.n], 2012

ARIÈS, Phillippe. *História social da criança*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. (orgs.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2ª Ed., São Paulo: Inglu, 2007.

BANDEIRA, Lourdes. & ALMEIDA, Tania Mara Campos de. A violência contra as mulheres: um problema coletivo e persistente. In: O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência / Elcylene Leocádio, Marlene Libardoni, organizadoras. – Brasília: AGENDE, 20006.

_____. FUINI, Silvana Cruz. *Igualdade de Gênero – um novo desafia fio para as políticas e ações em saúde no estado de Goiás*. 2008. Disponível em:<www.goiasquebec.com/app/DocRepository/17/EquiteDesGenresEtADS/ARTIGOIgualdadeDeGenero.pdf>. Acessado em Agosto 2012.

BARROCO, Lucia Silva. & TERRA, Sylvia Helena. *Código de Ética do/a Assistente Social comentado*. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, (organizadores). – São Paulo: Cortez, 2012.

BATTINI, Odaria. *A questão da instrumentalidade no Serviço Social*. Texto de apoio para discussões na disciplina de Metodologia de Serviço Social. 2001. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/downloads/>> Acessado em Julho de 2012.

BRASIL. *Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará”*. 9 de junho de 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>> Acessado em Julho de 2012.

_____. *Resolução nº 196 , de 10 de outubro de 1996*, do Conselho Nacional de Saúde, que trata sobre a regulamentação de pesquisa científica envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União Brasília, 1996.

_____. *Violência contra a criança e o adolescente: proposta preliminar de prevenção e assistência á violência doméstica*. Brasília: Ministério da Saúde, SASA, 1997.

_____. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Constituicao/Constituicao.htm>>

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço* / Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. *Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2006. 31p.

BEHRING, Elaine Rossetti & SANTOS, Silvana Mara de Moraes. *Questão social e direitos*. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BELEI, Renata Aparecida; PASCHOAL, Sandra Regina Gimenez; NASCIMENTO, Edinalva Neves; MATSUMOTO, Patrícia Helena Vivian Ribeiro. *O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa*. R. Cadernos de Educação, Pelotas [30]: 187 - 199, janeiro/junho 2008.

CALAF, Priscila Pinto. Criança que faz criança: (des)construindo infância e sexualidade com meninos e meninas de rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília – Brasília, 2007.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social. São Paulo – Editora Lcte. 2008

CARVALHO, Natália Silveira de. *Quando o outro fala: uma crítica feminista a Roberto Aguiar*. Rev. *O Direito Alternativo*, v. 1, n. 1, p. 238-257, agosto 2011. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/direitoalternativo/article/view/350>> Acessado em setembro de 2012.

CFESS. *Código de ética do/a assistente social. Resolução CFESS Nº 273 de 13 março de 1993*. Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cressdf.org.br/pdf/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 15 maio 2011.

CHAUÍ, Marilena. *Participando do debate sobre a mulher e violência*. In Perspectivas antropológicas da mulher. Zahar (4) pp.25-62.

CHIES, Adriana et al. *O Trabalho da Secretaria Executiva Psicossocial do MPDFT e a Consolidação dos Direitos Humanos*. Biblioteca da SEPS, 2011.

DAY, Vivian Peres et al. *Violência doméstica e suas diferentes manifestações*. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul – SPRS.março.2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1.pdf>.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Lei Federal nº 8.069/1990*. 6ª Ed. Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

FALEIROS, V. P. *Estratégias em Serviço Social*. 10 ed São Paulo: Cortez, 2011

FÁVERO, Eunice Terezinha. *O Estudo Social – Fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária*. In: O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. / Conselho Federal de Serviço Social (org.) 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Instruções sociais de processos, sentenças e decisões*. In: CFESS/ABEPSS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. *Serviço Social no campo sociojurídico: possibilidades e desafios na consolidação do projeto ético-político profissional*. In: II Seminário nacional: o serviço social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Tempo de Luta e Resistência. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM_SS_SOCIOJURIDICO-CFESS.pdf>. Acessado em agosto de 2012.

FERNANDES, Idília. *A dialética das possibilidades: a face interventiva do Serviço Social*. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1009/789>> Acessado em setembro de 2012.

FERREIRA, Verônica. *Gênero, violência e diversidade: desafios no enfrentamento às formas de opressão étnico-racial, de orientação sexual e de gênero*. In: II Seminário nacional: o serviço social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Tempo de Luta e Resistência. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM_SS_SOCIOJURIDICO-CFESS.pdf>. Acessado em agosto de 2012.

FONSECA, Arilton Martins et al. *Padrões de violência domiciliar associado ao uso de álcool no Brasil*. Revista Saúde Pública. 2009; 43 (5):743-9. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n5/24.pdf>>. Acessado em setembro de 2012.

FRAGA, Cristina Kologeski. *A atitude investigativa no trabalho do assistente social*. Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n101/04.pdf>>. Acessado em Setembro de 2012.

GODINHO, Tatau & COSTA, Maria Luíza da. *Para discutir uma política nacional de combate à violência contra a mulher*. In: O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência / Elcylene Leocádio, Marlene Libardoni, organizadoras, - Brasília: AGENDE, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do serviço social*. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social*. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GRANEMANN, Sara. *Processo de Trabalho e Serviço Social*. In: Capacitação em Serviço Social: Módulo II: Crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela & CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. – 28. Ed. – São Paulo, Cortez; [Lima, Peru] : CELATS, 2009

_____. *Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade*. In: Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão. 1ª Ed. CFESS, 2012 pp 33-72.

MACHADO, L. Z. & MAGALHÃES, M. T. B. *Violência conjugal: os espelhos e as marcas*. In: SUAREZ, Mireya et al (org). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Pesquisa qualitativa: um caminho para a intervenção profissional*. R. O social em questão, Ano XI, nº 19, 2008.

MARX, Karl, *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. 1983. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap04.htm>> Acessado em setembro de 2012.

MINAYO, M. C. DE S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R.(org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OKIN, Susan Moller. *Gênero, o público e o privado*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 16 (2): 440, maio/agosto, 2008. PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RODRIGUES, Alessandra Alves & CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. *A violência doméstica contra crianças e adolescentes: análise do fenômeno no Distrito Federal*. Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social/SER – UnB, Brasília n.2, jan-jun, 1998.

RODRIGUES, Sâmia. *Serviço Social no campo sócio-jurídico: possibilidades e desafios na consolidação do projeto ético-político profissional*. In: II Seminário nacional: o serviço social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Tempo de Luta e Resistência. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM_SS_SOCIOJURIDICO-CFESS.pdf >. Acessado em agosto de 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.115-136. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acessado em agosto de 2012.

_____. *Exploração sexual de crianças*. In: AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (orgs.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2ª Ed., São Paulo: Inglu, 2007.

_____. Saffioti, Heleieth I. B. e Almeida, Suely de Souza. *Violência de Gênero: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro, Revinter, 1995.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. *Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Michelli Garcia. *Casando com a violência: mulheres em situação de violência no cenário conjugal*. Monografia para obtenção de título de Psicóloga. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2009.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Educ. e Realid. V. 20, n.2, 1995.

SILVA, José Fernando Siqueira da. *Serviço social e contemporaneidade: afirmação de direitos e emancipação política?* Revista Ciências Humanas, UNITAU, v. 1, n. 2, 2008.

Disponível em: <<http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/humanas/article/viewFile/456/413>>. Acessado em Setembro de 2012.

SOUSA, Charles Toniolo de. *A prática do assistente social: conhecimento, instrumental e intervenção profissional*. Revista *Emancipação*, Ponta Grossa, 2008, pp. 119-132.

SUAREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15. Universidade de Brasília. 1999

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

UNICEF. *Um cenário em (des)construção*. (sem data). Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf>. Acessado em setembro de 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro para entrevista semi-estruturada

Há quanto tempo trabalha no MPDFT - SEPS?

Formação? Ano de entrada na secretaria?

Qual é o seu trabalho aqui na SEPS?

E qual é o objetivo do Serviço Social aqui no MPDFT?

Como são a maioria dos processos de violência doméstica? Você pode me falar de forma mais generalizada, se há uma violência padrão? Os casos de violência doméstica são parecidos? Ou não, os casos são muito diferentes?

Como essa violência acontece?

Quem são os agressores?

Como acontece essas violências? Se tem diferença da violência doméstica contra mulher e contra criança?

Me dá, um exemplo de algum caso que você teve que acompanhar e achou interessante?

*Me dá um exemplo com criança agora, que você acompanhou?

Quando chega um processo como você se organiza para trabalhar com ele? Quais os instrumentos que você utiliza e como é que você escolhe eles? (de entrevista, visita ou outros)

E sobre os encaminhamentos que você faz, quais são eles?

Os processos costumam voltar para fazer novo acompanhamento? É comum isso?

Quando eu estagiei aqui me recordo de que quando pegava um processo, verificava qual era o objetivo da instituição e identificava qual era o objetivo do Serviço Social. E nos casos de violência doméstica você acha que o objetivo institucional pode ser diferente do Serviço Social?

Deseja acrescentar algo?

APÊNDICE B: Roteiro para analisar os prontuários arquivados**Número do Prontuário:****Mês de entrada:****1 – Tipo de processo:**

1. ☐ violência doméstica contra a mulher
 - 1.1 ☐ Houve envolvimento indireto de crianças e adolescentes
 - 1.2 ☐ Não houve envolvimento indireto de crianças e adolescentes
2. ☐ violência doméstica contra mulher, criança/adolescente

2 – O objetivo institucional é o mesmo do objetivo profissional do Serviço Social?☐ Sim ☐ Não.

Se for necessário, justifique: _____

3 – Qual/Quais o(s) tipo(s) de violência praticada contra a(s) vítima(s)?☐ Física ☐ Psicológica ☐ Sexual ☐ Patrimonial ☐ Moral**4 – Instrumentais utilizados no estudo:**

- | | |
|---|---|
| 1. <input type="checkbox"/> visita domiciliar | 4. <input type="checkbox"/> entrevista com o agressor |
| 2. <input type="checkbox"/> entrevista com a mulher | 5. <input type="checkbox"/> entrevista com terceiros |
| 3. <input type="checkbox"/> entrevista com as crianças e adolescentes | 6. <input type="checkbox"/> Outros |

5 – Quem é o autor da violência?

1. ☐ Marido/Companheiro/pai
2. ☐ Outro membro familiar do sexo masculino
3. ☐ Outro membro familiar do sexo feminino
4. ☐ Pessoa externa à família do sexo masculino
5. ☐ pessoa externa à família do sexo masculino

6 – Encaminhamentos:

- | | |
|------------------------------------|---------------------------------|
| 1. () Não houve | 4. () da família conjuntamente |
| 2. () da mulher | 5. () Não houve |
| 3. () das crianças e adolescentes | |

PARTE DA ANÁLISE QUALITATIVA:**Resumo do caso:****7 – Como é narrada a situação social das vítimas?**

8 – Foi dada ênfase em alguma categoria?

1. () mulheres
2. () crianças e adolescentes
3. () Não

APÊNDICE C: Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Diferenças no enfoque de atuação do serviço Social da Secretaria Executiva Psicossocial do MPDFT em relação à violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes”, de responsabilidade de Vanessa Rodrigues Dunk Gomes, aluno(a) de *graduação*, da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é analisar comparativamente o foco de atuação dos profissionais do Serviço Social da Secretaria Executiva Psicossocial (SEPS) nos processos judiciais de violência doméstica contra mulheres e contra mulheres, crianças e adolescentes. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semi-estruturada com a utilização de um aparelho digital de gravação para que haja a preservação do conteúdo original da entrevista. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa compreender melhor a atuação dos assistentes sociais do Ministério Público do Distrito Federal no que tange a temática de violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 8503-4350 ou pelo e-mail vanessa.dunk@yahoo.com.br

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio do endereço eletrônico de cada participante, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Consentimento

Eu, _____, RG _____, concordo em participar do estudo acima especificado. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre a pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Loca e data: _____

Email: _____

Assinatura: _____